

# tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 219 • Maio de 1987 • Cz\$ 15,00



## América Latina:



## a solidariedade dos oprimidos



## tempo e presença

Revista mensal do  
CEDI

Maio 87

CEDI Centro Ecumênico de  
Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos  
Telefone: (021) 205-5197  
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983  
Telefone: (011) 825-5544  
01238 - São Paulo - SP

### Conselho Editorial

Aloisio Mercadante Oliva  
Carlos Rodrigues Brandão  
José Oscar Beozzo  
José Roberto Pereira Novaes  
Luiz Eduardo Wanderley  
Milton Schwantes  
Rubem Alves

### Editores

Jether Pereira Ramalho  
José Domingos Braghetto

### Jornalista Responsável

José Domingos Braghetto  
Reg. Prof. n.º 8.763

### Secretário de Redação

Flávio Irala

### Diagramação e Secretaria Gráfica

João Francisco Esvald

Preço do exemplar avulso:  
Cz\$ 15,00

Assinatura anual:  
Cz\$ 120,00

Assinatura de apoio:  
Cz\$ 200,00

## Cartas

Companheiros do movimento sindical brasileiro! A recente visita de Sua Santidade, João Paulo 2º, ao Chile demonstrou o quanto os chilenos almejam liberdade, justiça, respeito aos direitos humanos e a volta da democracia. Não há dúvidas, por parte dos mais de 2 mil observadores, de que durante a visita do Papa se deram as maiores manifestações contra o regime de Pinochet. A greve de fome de mais de 400 presos políticos (12 deles por 37 dias), suspensa no dia 3 de abril, revelou, diante dos olhos do Papa, até que ponto as atrocidades que cometem os torturadores encontram resposta de parte dos afetados, que nesta atitude estão dispostos a entregar suas vidas. Carmen Glória queimada viva pelos militares é outra vítima da violência do regime.

Hoje, a vítima é Clodomiro Almeyda, ex-professor universitário, ex-chanceler do governo da Unidade Popular. Almeyda regressou clandestinamente ao Chile e, no dia 25 de março, apresentou-se ao tribunal de justiça para exigir seu legítimo direito de viver no Chile. O tribunal o absolveu das acusações e o confinou por 90 dias na localidade de Chile Chico. O regime chileno não quer reconhecer que se trata de uma medida ilegítima, não só para Almeyda, mas também para os 1.400 exilados impedidos de regressar ao Chile.

A opinião pública nacional e internacional condena mais uma vez este ato de violência repressiva da ditadura. Chamamos ao movimento sindical, entidades, organizações, ao povo brasileiro a se manifestar contra esta medida, solidarizando-se na campanha pela liberdade imediata do companheiro Almeyda, pelo fim do exílio, pela liberdade dos presos políticos.

"Liberdade para Clodomiro

Almeyda!"

"Fora Pinochet, democracia agora!"

Comissão Exterior  
CUT/Chile  
Coordenação Brasil  
São Paulo, SP

Li o número 217 de "Tempo e Presença". Acho que vocês acertaram em cheio ao publicar mais uma edição sobre a infância. A do ano passado ("A questão do menor", maio de 1986) já tinha sido muito boa e a de agora veio complementá-la. Gostei muito da mudança de ênfase no título da revista e nos artigos. O termo "criança" é mais abrangente e sem preconceitos; "menor" já pressupõe um enquadramento jurídico. Na verdade, a criança pobre é que é chamada de "menor", a rica é apenas criança...

Quanto ao artigo de Emir

Sader, embora muito interessante (como tudo o que ele escreve), tenho muitas dúvidas se as Delegacias de Proteção ao Menor, propostas por ele, vão ajudar no combate à violência contra as crianças. Ao contrário, penso que, descontando a fachada que possam vir a ter, serão mais um instrumento opressivo para cima das crianças. E para isso, já bastam as Febens da vida!

Otoniel Augusto da Silva  
Campinas, SP.

"Tempo e Presença" tem sido uma benção na área de publicações periódicas. Sou um cristão que busca um comprometimento maior junto às classes populares e tenho bebido muito na fonte dos artigos publicados por vocês. Meus parabéns à toda equipe.

Antonio Adolfo Maldonado  
São Paulo, SP

### · CADERNOS DO CEDI

Canavieiros em greve .....	Cz\$ 70,00
Educação popular: Alfabetização e primeiras contas .....	Cz\$ 50,00
Sexta assembléia do CMI .....	Cz\$ 100,00
Peões e garimpeiros: Terra e trabalho no Araguaia .....	Cz\$ 50,00
Rochas comunitárias & outras experiências de coletivização ..	Cz\$ 50,00
Deixar vir a mim os pequeninos .....	Cz\$ 50,00

### ACONTECEU ESPECIAL

Trabalhadores rurais 1980 .....	Cz\$ 30,00
Trabalhadores urbanos 1980 .....	Cz\$ 30,00
Trabalhadores urbanos 1981 .....	Cz\$ 30,00
Trabalhador rural 1981 .....	Cz\$ 30,00
Fiat 1981 .....	Cz\$ 30,00
Igrejas: Desenvolvimento e participação popular .....	Cz\$ 50,00
Povos indígenas no Brasil 83 .....	Cz\$ 150,00
Povos indígenas no Brasil 84 .....	Cz\$ 220,00

### LEVANTAMENTO POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

Volume 3 - Amapá/Norte do Pará .....	Cz\$ 200,00
Volume 5 - Javari .....	Cz\$ 150,00
Volume 8 - Sudeste do Pará (Tocantins) .....	Cz\$ 200,00

## Índice

### Solidariedade latino-americana

- 4 EMPOBRECIDOS, MAS SOLIDÁRIOS  
Milton Schwantes
- 6 DÍVIDA EXTERNA: CONTINUA A SANGRIA  
Luiz Fenelon
- 8 CONTADORA EM CONTA-GOTAS  
Jandir Santin
- 10 OBSTÁCULOS À SOLIDARIEDADE LATINO-AMERICANA  
Newton Carlos
- 12 BRIGADAS DE CAFÉ — UM ATO DE SOLIDARIEDADE  
Maria Cecília Iorio e Neide Esterci
- 14 IGREJA ELETRÔNICA: NÃO BASTA ANOTAR ESCÂNDALOS  
Hugo Assmann
- 16 RESPONSABILIDADE DOS CRISTÃOS NA SOLIDARIEDADE LATINO-AMERICANA  
D. Angélico Sândalo Bernardino
- 18 SOLIDARIEDADE E ESPERANÇA  
Gerson Meyer
- 21 A SOLIDARIEDADE DOS POVOS INDÍGENAS  
Airton Krenak
- 22 ENCONTRO OSCAR ROMERO: SOLIDARIEDADE MILITANTE  
Dermi Azevedo

### Constituinte

- 24 O DIREITO DE PROPRIEDADE NA CONSTITUIÇÃO DEMOCRÁTICA  
Dalmo de Abreu Dallari

### Rubem Alves

- 26 O GALO

### Bíblia hoje

- 28 A TRAIÇÃO DE EDMON  
Euclides Martins Balancin

### Livros

- 31 IGREJA E MEIOS DE COMUNICAÇÃO  
TUDO SOBRE ECUMENISMO

### Última página

- NÃO É TERRÍVEL?

# Solidariedade questão decisiva

*Na última década, a América Latina tem vivido períodos muito intensos de acontecimentos políticos. Momentos de repressão e sofrimento, com sangrentas ditaduras militares, onde a morte, a tortura e os desaparecimentos eram acontecimento diários. Mas, também, momentos de crescimento dos movimentos populares, do aparecimento de novas formas de organização política e do fracasso e queda de alguns dos sistemas opressivos do nosso povo.*

*Forma eficiente de dificultar o crescimento desse processo político democrático em nível mais amplo tem sido o de cultivar o isolamento dos povos latino-americanos, criando-se barreiras entre os seus países, provocando-se artificiais problemas e incentivando-se guerras e discórdias. Esse esforço divisionista tem como origem os centros de dominação econômica e política, principalmente os Estados Unidos, que têm interesse em manter os seus mecanismos de intervenção e exploração, já tão conhecidos por todos.*

*Entretanto, a situação da América Central, principalmente com a vitória do povo nicaraguense, despertou em muitos setores dos nossos países um sentimento de que a verdadeira construção da democracia, no nosso continente, passa pelo fortalecimento dos laços de solidariedade entre os povos oprimidos. Compreendeu-se que a causa da justiça e da liberdade é ecumênica na profunda compreensão do conceito.*

*O escândalo da nossa imoral dívida*

*externa, que afoga, empobrece e inviabiliza os projetos políticos democráticos indica, de forma inequívoca, que essa forma de expoliação só pode ser enfrentada com uma postura política, que passa inevitavelmente por uma atitude articulada a nível latino-americano. Sem essa determinação não há saída para o problema. É espantosa a constatação de que a atitude do Brasil em decretar a moratória foi usada, pelos credores internacionais, para fechar rapidamente as negociações com o México e a Argentina. E isso impossibilitou uma atitude conjunta desses países com o Brasil.*

*Para nós brasileiros a questão da solidariedade continental precisa ser cada vez mais aprofundada, ampliada e expressa em atos concretos. Estamos num rico momento de romper o nosso isolamento e uma certa auto-suficiência, inclusive no âmbito eclesial. Alguns fatos estão demonstrando esse novo estágio. Entre muitos, poderíamos destacar, por exemplo, os constantes atos de solidariedade ao Chile e à Nicarágua, a escolha desse tema para o 7º Encontro Intereclesial das CEB's e a realização, no mês de julho, em Nova Iguaçu, do 7º Encontro Oscar Romero, promovido pelo Secretariado Internacional Cristão de Solidariedade com a América Latina D. Oscar Arnulfo Romero.*

*Esperamos que o CEDI, publicando este número da sua revista sobre o tema, possa contribuir para estreitar os laços de solidariedade que devem unir todos aqueles que têm um compromisso com a paz e com a justiça.*

# **Empobrecidos, mas solidários!**

Milton Schwantes

**Buscai a Javé, todos os explorados da terra, que realizais seu direito! Buscai justiça! Buscai simplicidade! (Sf 2,3)**

**É** tempo de greve. Não há quem suporte tamanho empobrecimento. Trabalhadores reagem contra o achatamento salarial. Com a greve dão um basta ao assalto de que, dia a dia, vamos sendo vítimas.

Mas, justamente nestes dias, crescem as filas nos portões das indústrias. É gente que procura emprego. Oferece seus serviços. Apresenta-se com suas qualificações. Faz ficha. Está disposto a assumir o lugar de quem, devido à greve, é afastado.

Estas filas ameaçam os grevistas. Diminuem as adesões à paralisação. Muitos vacilam. E assim quem está desempregado, fica contra quem está no emprego. É trabalhador contra trabalhador.

Essa cena se vem repetindo nestes meses. E outras similares se dão aí em nossas casas.

Quanta violência de homens contra mulheres! Aqui na vila ela é parte do pão nosso de cada dia. A falta de dinheiro e a escassez de comida na mesa são "solucionadas" aos gritos e aos murros. E culpa sempre se acha. Acha-se na parte mais fraca. Esta chama-se: mulher. Aí costuma rasgar a corda.

Quando trabalhador traiciona trabalhador, saltita o coração de quem vive da ex-

ploração. Quando o pobre esmaga quem se encontra em situação ainda pior, a opressão festeja banquetes. Quando o homem faminto violenta a mulher esfomeada, a morte triunfa.

## **A opressão desconhece limites**

Não há quem goste de falar dessas realidades. Não agrada a quem opta pelos pobres. E muito menos faz o gênero de que vive do salário mínimo. Preferimos ver a culpa na espoliação. Damos primazia à denúncia dos ricos exploradores. Aliás, é deveras justo que assim se proceda, que a opressão capitalista, no campo e na cidade, seja posta às claras. Não obstante, também não se pode tapar o sol com a peneira. Entre os pobres seguidamente são reproduzidos os esquemas de opressão.

É o que também sucede em nosso próprio país. Repete-se internamente o jeito dos lá de fora, dos fundos internacionais. O Nordeste enriquece o centro do país. É sugado de suas riquezas e de sua gente. E o é em português e em cruzados!

Nossa querida Bolívia não estaria em situação similar? Seus vizinhos, igualmente pauperizados e dependentes, encurralam-na. Esmagam-na.

A tirania não é privilégio de alguns poucos. É antes uma reação em cadeia. Lá do alto desce até as profundezas. E aqui em baixo é reproduzida a ponto de facilitar a eternização dos de cima. Vai da ponta dos cabelos até os dedões. E desde aí se des-

dobra adiante.

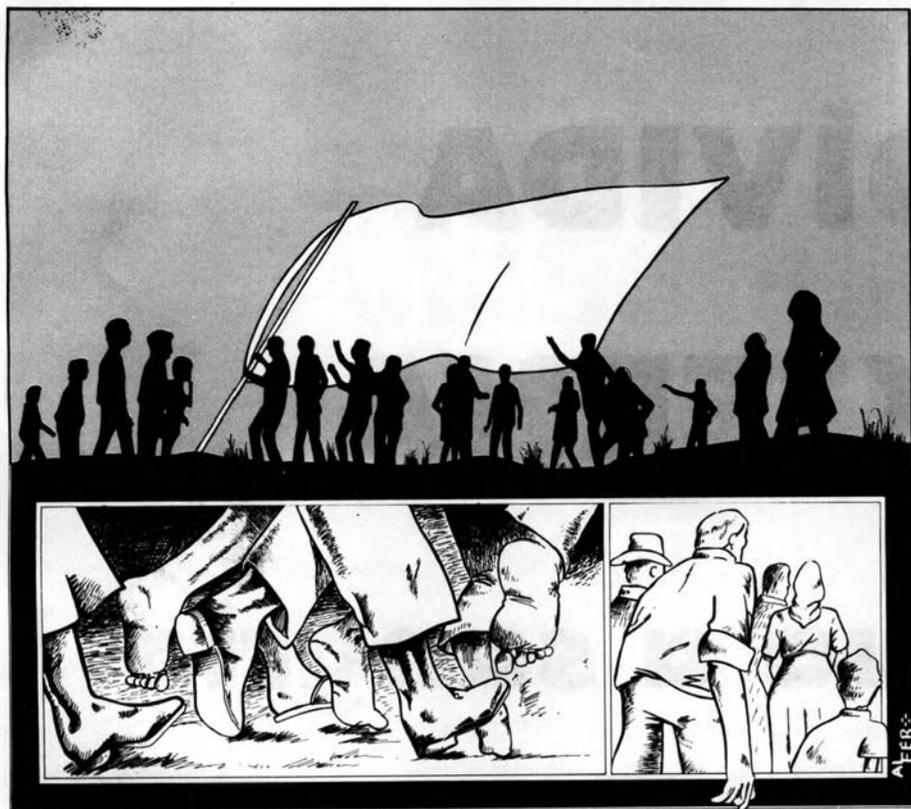
Opressão é qual inço. Dependência é qual praga. Desconhecem limites.

Por aí também envereda a Bíblia. Não enfeita ao delinear os efeitos da opressão. Dela fala com muita crueza. Vê-a permeando as relações. Não há porta que não é visitada pela gana de oprimir. A opressão quer tomar tudo de assalto. Não respeita territórios sagrados.

Naqueles tempos da Bíblia, havia quem pensasse que, ao menos, o âmbito do sagrado estaria isento de opressão. Dizia-se que os templos funcionariam como tais baluartes contra a espoliação. Qual nada! O olho aguçado dos profetas não deixou de detectar a presença da exploração no próprio âmbito do sagrado. Amós chegava a afirmar que os templos, seus cantos e ritos aumentavam as transgressões. Jeremias designava o sagrado templo de Jerusalém de "covil de salteadores". Ingênuo quem crê ser o sagrado terra neutra, à parte do ardid do opressor!

A Escritura nem mesmo embeleza os pobres. Não os glorifica. Não afirma que estariam isentos de ferir e subjugar outros. Por isso duas passagens proíbem favorecer o pobre num processo (Ex 23,3; Lv 19,15). E o profeta Jeremias refere-se aos pobres em Jerusalém como sendo insensatos e desconhecedores do caminho de Deus (Jr 5,4). A sabedoria inclusive vê na indolência uma das possíveis raízes da pobreza (Pv 24,30-34).

De fato, a Bíblia não enfeita os empo-



brencidos. Não os isenta de oprimir. Mas apesar disso...

### O reverso da história

A história que a Bíblia nos conta aposta no reverso da história. É radicalmente solidária aos pobres. Celebra a trajetória de empobrecidos. Mulheres e homens da periferia são seus personagens centrais. Isso é cristalino. Não há como deixar de constatar-lo: Os cenários bíblicos são ocupados pelos empobrecidos.

O próprio Jesus nasce numa vila, em Belém, não na cidade de Jerusalém. É morto ao lado de ladrões. Em vida, famintos e doentes lhe fizeram companhia. Assumiu a condição de escravo.

Feitio similar encontro nos salmistas. Sua causa é a dor da gente perseguida e doente. Seu grito vem do fundo da cova. Desde a desesperança clamam: "Meu Deus, por que me desamparaste?" No salterio, a dor dos pobres é o tema predileto da oração.

É o que também os profetas põem em cena. Quem é Amós, senão um trabalhador sazonal, um bóia-fria? Enxotam-no de um ganha-pão ao outro. Fora pastor. Fazem-no boieiro. Por fim, humilham-no como talhador de sicômoros, servicinho sofrido para os mais sofridos. Pois, Javé veiculou sua palavra justamente através deste Amós. Tirou-o do anonimato. E, através dele, colocou os pobres bem no centro de seu povo.

Nosso Deus trilha seu caminho na companhia de mulheres e homens refugados.

À luz de seu projeto reluzem os empobrecidos. É o mistério de Deus!

### Resistência e solidariedade

A reação contra a opressão tem seu berço no mesmo lugar, no qual a miséria se faz mais transparente. A resistência começa lá no fundo do poço da humilhação. Os crucificados revelam-se como os maiores utopistas. Diante dos verdugos falam do paraíso! A ressurreição é irmã gêmea do martírio

Esta é a experiência que a Bíblia — este memorial da resistência — faz chegar a nós. E a vamos percebendo ao redor de nós.

Aí está a solidariedade entre os empobrecidos. Brota em toda parte. Cresce a olhos vistos. As pessoas se associam em defesa de sua dignidade. Agrupam-se para a conquista da moradia. Organizam-se para poder plantar um pedaço de chão. Sindicalizam-se para fazer frente ao empobrecimento que, a cada dia, assalta o assalariado. O clientelismo já não funciona mais tão bem. Afinal, está-se construindo nova experiência partidária, a partir dos explorados. Avança a solidariedade internacional. Nicarágua é, hoje, uma palavra querida para os pobres. Chile faz-se símbolo de resistência contra as torturas.

Não há dúvida, em toda parte aflora a solidariedade entre mulheres e homens oprimidos. Aumenta a coesão. Forma-se um cordão para resistir e avançar.

É evidente, nem tudo está ganho. Muitos ainda não se associam. O opressor

dentro deles ainda os mantêm sob grilhões. Outros tantos descreem na força histórica dos fracos. A propaganda oficial se encarrega de armar ciladas. Inviste na desmobilização. Apesar disso, estamos chegando lá...

### A solidariedade dos espoliados

Os empobrecidos estão chegando lá, mas doutro jeito. Suas propostas são outras. Divergem radicalmente do que está em voga.

As soluções que nos são propostas vão pelo trilho individual. Propagandeam uns empregos a mais aqui. Algum pedaço de chão acolá. Um conjunto habitacional para alguns poucos. Os grandes propõem soluções aos pedaços. Aos remedos creem poder comprar um casaco novo.

A solidariedade dos espoliados vai por outro trilho. Os empobrecidos se empenham por todos. Sua luta é inclusiva. O coletivo é sua sina.

É o que mostram os sem-terra. Quiseram desmobilizar seus acampamentos com oferta de emprego cá ou lá, com terra para alguns selecionados e promessas vazias para outros. Sua resposta repete vez por vez: "Ou todos são reassentados ou todos ficam acampados".

Os empobrecidos chegam juntos, solidários. As comunidades cristãs nasceram neste berço. Eram uma experiência de mulheres e homens, crianças e velhos, refugados e marginalizados no Império Romano.

Os que vão juntos vêm a ser os justos. Jesus denomina-os de "felizes". Não são justos porque estejam prontos, perfeitos, parados. O são porque se põem a caminho.

Acontece que a justiça passa pela prática. Não se esgota no formalismo jurista. Efetiva-se nas relações. Envolve acesso amplo à terra e ao trabalho. Partilha do pão é parte plenamente integrante da justiça proclamada na Escritura

Os empobrecidos são os que mais aderem a este projeto. É o que demonstra a realidade que nos circunda. Os pobres, que se agrupam e reúnem, fazem-no com vistas a superar a injustiça. Fazem-no para libertar a terra das amarras de cercas e latifúndios. Fazem-no para socializar fábricas e produtos. É o que também constata o profeta Sofonias ao atestar que os exploradores da terra já estão empenhados em realizar o direito de Deus (Sf 2,3). Mas isso não significa que estivessem prontos e perfeitos. Por isso, o mesmo profeta os anima: "Buscai justiça!"

Solidariedade é, pois, um dado e simultaneamente um dom!

Milton Schwantes é bibliista, professor da Escola Superior de Teologia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).

# DÍVIDA EXTERNA continua a sangria

Luiz Fenelon

**D**urante séculos, a América Latina e o Caribe têm sido explorados impiedosamente pelos países imperialistas. Sistemáticamente, nossas riquezas foram transferidas para o exterior, constituindo-se na forma de exploração e dominação a que estamos submetidos.

O desenvolvimento do capitalismo europeu e mundial, foi feito à custa do extermínio das civilizações aqui existentes, através do saque e da escravidão dos indígenas e dos negros trazidos da África. Sem o processo de colonização a que fomos submetidos, teria sido impossível a acelerada acumulação de capital a partir do século 16, e mesmo, a revolução industrial inglesa.

Se anteriormente a forma de exploração assentava-se no envio direto das riquezas aqui extraídas ou produzidas, hoje ela toma a forma do endividamento externo e do pagamento de juros extorsivos.

O endividamento total da América Latina e do Caribe chegou em 1985 a 368 bilhões de dólares. Nos dez anos transcorridos de 1975 a 1985, foram pagos, só de juros da dívida externa, 218,3 bilhões de dólares e a dívida continua sempre aumentando.

Entre 1976 e 1981, quando o proces-

so de endividamento esteve mais acelerado, foram feitos empréstimos no total de 272,9 bilhões de dólares. Desse total, apenas 8,4%—22,9 bilhões de dólares—entraram no continente. Do restante, 60%, que corresponde a 170,5 bilhões de dólares, serviram para pagar dívidas atrasadas e juros vencidos; 22,9 bilhões ficaram como reservas internacionais nos bancos estrangeiros e 56,6 bilhões saíram como fuga de capitais. Apesar disso, continuamos devendo mais de 368 bilhões de dólares e estamos pagando atualmente em torno de 30 bilhões de dólares só de juros. Somente de 1981 a 1985, a América Latina remeteu aos bancos estrangeiros 133 bilhões de dólares, praticamente o dobro do que todo o continente devia em 1975. A dívida naquele ano chegava a 68,5 bilhões de dólares.

Pelos números acima fica totalmente claro que estamos submetidos a um processo de extorsão que não tem justificativa econômica, jurídica e muito menos moral. A única justificativa a esta sangria a que estamos submetidos é a dada pelos setores interessados em continuar com a espoliação, sob o pretexto de que o não pagamento da dívida levará à ruína o sistema financeiro internacional (entenda-se: o atual sistema de exploração internacional).

Defende-se a manutenção da ordem econômica atual, ameaçando com a ruína financeira dos grandes bancos e as consequências que sofreríamos. Mas nos perguntamos, será que não estamos sendo levados à ruína pelo atual sistema econômico?

## **A internacionalização financeira da América Latina**

A dívida dos chamados países do Terceiro Mundo, particularmente da América Latina, foi a forma encontrada pelos países desenvolvidos para contornar a crise capitalista mundial iniciada no fim da década de 60. Na época, o capital internacional (empresas transnacionais), necessitando novos mercados, começa um processo de investimento em infraestrutura industrial nos países periféricos. O choque do petróleo de 1974, aumenta de forma desmedida a oferta internacional de capitais em busca de colocação. A solução encontrada foi oferecer empréstimos a juros mais baixos que os juros internos dos países em desenvolvimento. O que era prenúncio de uma crise internacional, se apresentava no raciocínio das classes dominantes latino-americanas, como solução para o financiamento barato às suas pretensões desenvolvimentistas. Os governos locais, em maior parte di-

taduras militares, rapidamente justificaram o endividamento com o discurso ufanista de crescimento com base na poupança externa. Com a entrada de quantiosos empréstimos internacionais, vários problemas foram "resolvidos":

- 1) Conseguiu-se colocação para o excedente do capital internacional;
- 2) Estimulou-se a integração e dependência dos países do Terceiro Mundo, especialmente a América Latina ao sistema financeiro internacional;
- 3) Ativou-se um mercado importador para estimular a economia dos países imperialistas;
- 4) Financiou-se internamente governos, principalmente militares, de caráter impopular e favoráveis a internacionalização econômica.

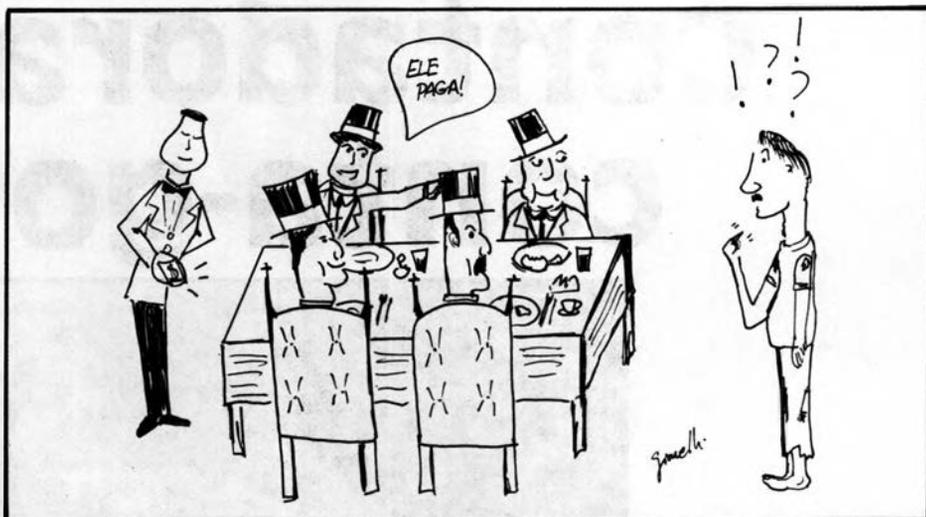
O mercado internacional de capitais cresceu de 12 bilhões de dólares em 1964 a quase 700 bilhões de dólares em 1982, estimando-se em mais de um trilhão de dólares o endividamento total dos países do Terceiro Mundo.

Em 1982, com a crise do endividamento, a entrada de capitais se estancou e a tendência se inverteu. Nos últimos quatro anos, a América Latina remeteu ao exterior mais do que todos os recursos ingressados na década anterior, no entanto, a dívida continua crescendo e equivale a 3,4 vezes toda a exportação do continente e os juros pagos, a 5,4 % do PIB latino-americano (cálculos com base no ano de 1983). Em resumo, atualmente toda a América Latina trabalha somente para pagar os juros da dívida contraída, adiando indefinidamente qualquer perspectiva de desenvolvimento independente.

### Conseqüências atuais do endividamento

Em 1970, a América Latina tinha um produto interno bruto por habitante de 1.380 dólares. Este produto cresceu para 1.933 dólares em 1980. Mas, em 1985, segundo estimativas da Cepal, o produto interno por habitante reduziu para 1.782 dólares. Cabe destacar que o PIB por habitante não nos aclara sobre o grau de concentração de riqueza de cada economia, por exemplo: em 1985, viviam abaixo da linha de pobreza absoluta, e com renda mensal inferior a 40 dólares (renda anual de 480 dólares), 150 milhões de latino-americanos, 20 milhões a mais que em 1981. Entre eles, 55 milhões de habitantes do país mais rico da América Latina, o Brasil.

Durante os anos 80, o conjunto das economias latino-americanas tem feito



um enorme esforço exportador e reduzido drasticamente as importações necessárias para o desenvolvimento, com o único objetivo de manter em dia seus compromissos com os pagamentos dos juros da dívida externa. Praticamente todo o saldo do comércio exterior da região é destinado ao pagamento dos juros e mesmo assim o resultado tem sido deficitário, sendo a diferença, necessariamente, coberta com novos empréstimos internacionais.

Como resultado do processo anterior, nos anos entre 1980 e 1985, o investimento interno bruto se reduziu em 26,9% e o produto interno por habitante (PIB) em 8,9%. Como conseqüências imediatas, temos o aumento do desemprego, da inflação, da mortalidade infantil, da desnutrição e do analfabetismo.

### O futuro da América Latina

Com base no quadro econômico atual, as previsões mais otimistas são de prosseguimento da atual crise. No plano político, a crise se manifesta através da instabilidade dos governos de democracia formal. Não há democracia que se sustente, quando o país está sofrendo uma sangria constante de recursos para o pagamento dos juros da dívida a custo da deterioração permanente das condições de vida das amplas massas populares.

Considerando as tendências do capitalismo internacional, as perspectivas são mais sombrias. A necessidade da economia norte-americana em reduzir seu déficit comercial com o resto do mundo, a leva a tomar medidas protecionistas com o objetivo de reduzir as importações e aumentar as exportações. Já se fala em guerra comercial pela disputa do mercado internacional entre os Estados Unidos, Japão e Europa. A restrição do mercado mundial afetará dire-

tamente aos países do Terceiro Mundo, obrigados a exportar cada vez mais — e a preços mais baratos — para simplesmente poder seguir pagando os juros de suas dívidas. Não podendo competir a nível de produtividade com os países desenvolvidos, só resta a redução dos custos via barateamento da mão-de-obra (entenda-se arrocho).

Como agravante adicional, a tendência da produção industrial nos próximos anos é demandar cada vez menos os produtos tradicionais dos países exportadores de matérias-primas e inclusive utilizar cada vez menos o fator mão-de-obra (até a pouco tempo, um grande atrativo para os investimentos). O uso generalizado de computadores, a microeletrônica, a substituição dos metais por cerâmicas, fibras óticas e plásticos, o desenvolvimento da química fina, a biotecnologia etc., aprofundam cada vez mais o fosso existente entre nossas economias e as chamadas economias desenvolvidas. No interior de nossas economias, o reflexo será o aprofundamento das distâncias entre os setores da economia que cumprem algum papel na distribuição internacional do trabalho e as amplas massas marginalizadas.

Contrastando com o potencial de riqueza material existente em seu território, a América Latina avança a passos rápidos para a miséria absoluta de sua população.

Somente uma iniciativa coordenada pelos povos interessados em deter a exploração histórica a que somos submetidos, e que hoje assume a forma do endividamento, é que essa perspectiva pode ser revertida.

# Contadora em conta-gotas



Jandir Santin

**E**m janeiro de 87, o Grupo de Contadora completou cinco anos de vida, em meio a prognósticos bem desencontrados: enquanto os Estados Unidos e seus aliados da América Central tentam desacreditá-la, a América do Sul, os países não-alinhados e os que formam a Comunidade Econômica Européia (CEE) continuam apostando nela como a única via para conquistar a paz na América Central.

## Por que Contadora?

Em julho de 1979 triunfa a insurreição armada na Nicarágua, estabelecendo um governo revolucionário que tenta atender às necessidades básicas das maiorias empobrecidas pelo longo processo de exploração imperialista e pela ditadura dos Somoza durante os últimos 40 anos. Os Estados Unidos que haviam retirado a ajuda a Somoza no últimos dias de seu governo e que mantiveram boas relações com os sandinistas no primeiro ano da Revolução, mudaram de parecer no fim de 1980. Passaram a ver a Nicarágua como uma aliada da União Soviética e, portanto, um perigo de subversão para toda a América Central, considerada pelos EUA como o seu quintal.

Através da CIA, armaram os guardas somozistas que tinham fugido para Honduras e Costa Rica, para que impedissem o desenvolvimento do programa revolucionário da Frente Sandinista de Libertação Nacional. Era o início da contra-revolução ou "Contra", como é internacionalmente conhecida.

A presença dos "contras" em territórios vizinhos a Nicarágua começou a gerar conflitos fronteiriços e protestos mútuos entre Nicarágua e Honduras. Por outro lado, continuava a guerra de libertação da Frente Farabundo Martí, em El Salvador. O triunfo que parecia estar muito próximo, foi freado pela intervenção rápida e forte dos Estados Unidos. Estes acusavam os sandinistas nicaraguenses de estarem apoiando logisticamente os guerrilheiros salvadorenhos, mesmo que nunca pudessem comprovar esta acusação.

Do mesmo modo na Guatemala a guerrilha crescia com seus diversos grupos atuando em vários lugares do país...

## Contadora: socorrer os vizinhos ou socorrer-se?

Na medida em que cresciam as tensões na América Central, os países vizinhos passaram a preocupar-se com a possibilidade da generalização dos conflitos e mesmo com a explosão de uma terceira guerra mundial, principalmente pela insistência da administração Reagan (na época, começando o seu primeiro período governamental) em inscrever os conflitos centro-americanos na relação Leste-Oeste. Foi então que, por inspiração do México, formou-se o grupo vizinho: México, Panamá, Venezuela e Colômbia. Esse grupo reuniu-se pela primeira vez na ilha panamenha de Contadora.

Depois, o grupo passou a realizar encontros com os chanceleres dos países

em conflito, a fazer propostas de paz, a propiciar reuniões bilaterais, a elaborar atas para que os países envolvidos estudassem, fizessem emendas, apoiassem e finalmente assinassem, comprometendo-se a cumpri-las. Nas diversas atas, o grupo já sugeriu saídas como:

— Negociação entre os governos constituídos e os grupos rebeldes, ou seja, entre o governo salvadoreno e a FDR-FMLN e entre o governo sandinista e a Contra;

— Controle de armamentos de todos os países centro-americanos para evitar uma desproporção armamentista que gere desconfiança e mais armamentismo;

— Controle de armas ofensivas, que no caso, seriam para atacar a outros países;

— Controle ou fim das manobras militares com a participação de forças militares de fora da América Central (no caso, dos Estados Unidos);

— Controle do número de assessores militares estrangeiros ou saída de todos eles da América Central;

— Patrulhamento das fronteiras em conflito por tropas da ONU ou OEA.

## Nicarágua frente à Contadora

Os países em questão têm reações diferentes quanto a essas propostas. A Nicarágua não aceita negociar com a Contra, pois não a considera autônoma; não nasceu e nem se sustenta por conta própria. É um exército mercenário treinado e

sustentado pelos Estados Unidos. Por isso a Nicarágua só aceita negociar com os "donos" da Contra. Também não pode aceitar o controle de armamentos defensivos enquanto os EUA continuam armando a Contra e os países vizinhos. Não pode deixar-se invadir e massacrar, como aconteceu com Granada, depois de tanto esforço para levar adiante a Revolução Popular. Aceita o controle sobre as armas ofensivas, pois o que lhe interessa é defender-se da agressão e não atacar o vizinho.

Aprova o fim de todas as manobras militares com a participação de países alheios à área centro-americana, pois as manobras militares do exército hondurenho, com a participação de tropas norte-americanas, são sempre uma ameaça de invasão e um modo dos Estados Unidos abastecerem a Contra sem a aprovação da Câmara e do Senado. Aceita e propõe o patrulhamento das fronteiras com Costa Rica e Honduras, pois isto impediria a entrada dos "contras" e os conflitos que não lhe interessam. Concorda com o controle e mesmo a eliminação dos assessores militares estrangeiros, na medida em que os Estados Unidos retirem a ajuda financeira e logística à contra-revolução.

Resumindo, a posição nicaragüense centra-se na tese de que os Estados Unidos são os culpados principais pela guerra na América Central. Se eles não tivessem intervido, a guerrilha em El Salvador já teria vencido e estabelecido um governo popular, a contra-revolução nicaragüense não existiria e, certamente, não haveria conflito com os países vizinhos. Por isso, a solução fundamental seria a não intervenção norte-americana na América Central, um compromisso formal dos Estados Unidos de retirarem sua ajuda à Contra e a reabertura da negociação direta entre os governos norte-americano e sandinista — negociação que foi unilateralmente interrompida pelos Estados Unidos quando minaram os portos nicaragüenses do Pacífico.

### El Salvador, Honduras e Costa Rica

Os aliados dos EUA (El Salvador, Honduras e Costa Rica) não aceitam o controle ou o fim das armas ofensivas, pois isto significaria desfazer-se de uma aviação militar importante financiada pelos Estados Unidos para preparar a invasão a Nicarágua, ou para enfrentar "a guerra total do comunismo com o capitalismo". Segundo a propaganda norte-americana, a Nicarágua é a nova frente do comunismo internacional, frente que quer invadir toda a América Central, o México e os próprios Estados Unidos.

Honduras não aceita o fim dos exercícios militares com tropas estrangeiras. Isso significaria proibir as manobras do exército norte-americano em seu território



Grupo de Apoio à Contadora

e o adestramento do exército hondurenho para usar o sofisticado equipamento militar cedido pelos Estados Unidos.

Costa Rica e Honduras não concordam com o patrulhamento das fronteiras por tropas especiais, porque assim seriam cortados os passos da Contra e a Nicarágua seria deixada em paz. El Salvador não aceita a retirada dos assessores militares norte-americanos e chantageia a Nicarágua com a questão do diálogo com a guerrilha: aceita negociar com a FDR-FMLN, se Nicarágua aceitar negociar com a Contra. Para os Estados Unidos e seus aliados o problema é idêntico e a solução deve ser igual.

El Salvador também não aceita o controle de armas, alegando ter um inimigo interno auxiliado por potências externas (URSS e Nicarágua, segundo o governo salvadorenho).

Em suma, os aliados dos Estados Unidos assumem a postura do "patrão" e buscam, por todos os meios, impedir o avanço de Contadora que acusam de ser pró-sandinista. Tanto é assim que nunca aceitaram assinar uma ata de Contadora e tentam promover outras instâncias para resolver o conflito.

### Contadora não está sozinha

Por sua vez, o grupo de Contadora conta com o apoio total de Nicarágua, Guatemala, do Grupo de Apoio composto por Peru, Uruguai, Argentina e Brasil, da ONU, OEA e CCE, de países como Canadá e Suécia, dos países não-alinhados, dos países socialistas de Ásia e Europa...

Pelo visto, fica difícil para os EUA e seus aliados negarem a legitimidade e o papel de Contadora no controle do conflito centro-americano. Ademais, tornou-se praticamente impossível atacar Contadora depois que o Grupo de Apoio, juntamente com os representantes máximos da OEA e da ONU, andou por todos os paí-

ses centro-americanos, em fins de janeiro deste ano, para demonstrar seu apoio irrestrito ao grupo, dispondo-se a ajudá-lo na solução da crise na área.

### Os frutos de Contadora

Embora não tenha conseguido a paz na região, não se pode negar o papel importante que jogou o Grupo de Contadora no "esfriamento" dos conflitos. Só o fato de existir um fórum onde se pode discutir o assunto, já é uma conquista. Quantas vezes o grupo se reuniu extraordinariamente para resolver tensões muito sérias e acalmar os ânimos. E, existindo essa instância de diálogo, tornou-se mais difícil apelar para a solução bélica dos conflitos. Daí a pressão dos EUA para acabar com Contadora e deixar o caminho aberto para a intervenção...

Contadora representa uma solução latino-americana para a questão. É a América Latina dizendo que não precisa de tutela para resolver seus conflitos e que dispensa qualquer intervenção imperialista nos seus problemas. Por isso, o Grupo de Apoio somou-se à Contadora. Isto está também provado pela mudança na OEA, na qual os Estados Unidos contavam com maioria e agora já não conseguem quorum para suas teses anti-América Latina.

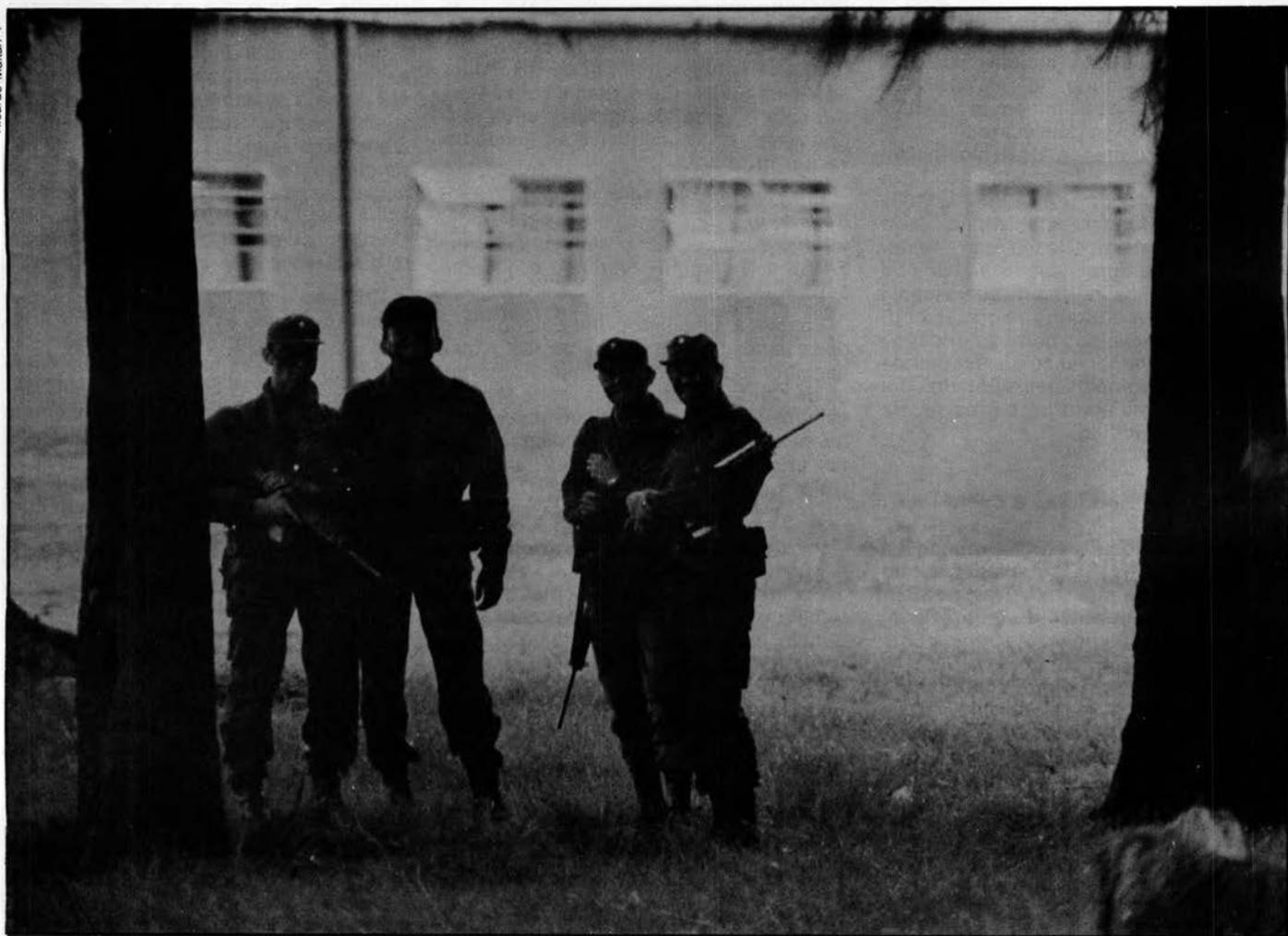
Contadora representa a consciência de que os problemas centro-americanos não são somente regionais. São a manifestação, o símbolo de uma problemática bem mais ampla que é o imperialismo em suas diversas formas: a injustiça na relação entre os países grandes e os países pequenos, entre os ricos e os pobres, entre o Norte e o Sul. Por isso o que acontece na América Central tem repercussões no resto do Terceiro Mundo e é a ponta do iceberg da relação Norte-Sul.

Jandir Santin é brasileiro residente na Nicarágua. É assessor do Centro Ecumênico Antonio Valdivieso (CAV), Manágua.

# **Obstáculos à solidariedade latino-americana**

Newton Carlos

Ricardo Malta/F4



**C**om a doutrina Monroe, de 1823, os Estados Unidos estabeleceram que "a América é para os americanos". As potências coloniais européias que se mantivessem à distância. Cerca de meio século mais tarde os norte-americanos decidiram que o continente devia ter "uma só voz". Foi criada a primeira organização panamericana, começo do que é hoje a Organização dos Estados Americanos, a OEA.

Numa carta escrita em 1959 ao presidente dos Estados Unidos na época, o general Dwight Eisenhower, estudantes chilenos disseram o seguinte: "A OEA é uma entidade internacional na qual os países pobres são solidários com o país rico, os países fracos com o país forte, sem que ninguém conheça com precisão as obrigações do país rico e forte para com os países pobres e fracos". O desconhecimento permanece até hoje, embora a idéia de solidariedade estivesse presente tanto na doutrina Monroe como na primeira organização panamericana.

Mas o que se viu, por parte da potência maior, com ambições de substituir as metrópoles européias, foi uma política de divisões (a unidade centro-americana foi logo destruída) para reinar melhor. E de intervenções militares, como última instância. Os primeiros movimentos de solidariedade de países do continente tiveram o objetivo de acabar com as intervenções militares dos Estados Unidos, que até se empenharam numa guerra hoje considerada por historiadores o seu primeiro Vietnã, a da Nicarágua de Sandino.

O México da revolução de 1910 era tratado como câncer bolchevista. Mas, afinal, em 1936 os países americanos conseguiram que os Estados Unidos aceitassem o princípio jurídico da não-intervenção, transformado em "pedra angular" do sistema interamericano. A Segunda Guerra se aproximava, a solidariedade continental era importante para os Estados Unidos (bases militares avançadas, depósitos de matérias-primas, resistência às "seduções" do nazismo etc.) e assim surgiu a política da "boa vizinhança".

Terminada a guerra, a idéia dominante era de que o triunfo das democracias resultaria numa cadeia de solidariedade "democrática", que tiraria o continente da miséria das ditaduras, opressões, injustiças etc. Ditaduras começaram de fato a cair, como a do Brasil. E na Guatemala parecia florescer um regime constitucional com justiça social, uma raridade na região. Novas escolas, um novo código de trabalho, promessas de reforma agrária, um belo espetáculo de solidariedade nacional que se projeta-



Reagan: um grande obstáculo à solidariedade latino-americana.

ria "inevitavelmente" no resto do continente.

Mas a guerra fria já estava entre nós, exigindo um outro tipo de solidariedade. A OEA fora criada como um instrumento de guerra fria. Reunida na Venezuela, na época controlada com mãos de ferro pelo ditador Perez Jimenez, ávido tanto de poder como de "plata", ela decidiu dar "instrumentos jurídicos" para que os Estados Unidos acabassem com a "infiltração marxista" no continente. A Guatemala foi invadida e ocupada por mercenários pagos pela CIA norte-americana. Eisenhower relata o episódio em seu livro de memórias.

Depois foi a vez da revolução cubana, das novas intervenções militares (São Domingos em 1965 e Granada em 1983) e da transformação do continente num vasto campo de aplicação de doutrinas de contra-insurgência ou segurança nacional. A miséria das ditaduras ganhou em sofisticação e meios violentos de manutenção do poder. Não havia solidariedade possível num universo como esse. Mas, tentativas não faltaram.

Em 1969, produziu-se o chamado "Consenso de Viña del Mar". Os países latino-americanos se reuniram na estância chilena e pela primeira vez em sua totalidade assinaram um documento colocando em questão as relações com os Estados Unidos. Um sinal de consciência da impossibilidade de convivência igual entre desiguais. Essa primeira manifestação de solidariedade "global" irritou de tal modo o presidente dos Estados Unidos na época, Richard Nixon, que o encarregado de levar o "consenso" à Casa Branca, o ex-ministro chileno Gabriel Valdez, custou a ter marcação de um pedido de audiência.

Não tardaram, como se esperava, novas ações divisionistas. Numa clara in-

tenção de dividir, Nixon declarou que "para onde vai o Brasil irá o resto do continente". Um tema delicado, sempre explorado com habilidade, o de "destacar" o Brasil. Mas a idéia de uma OEA sem os Estados Unidos, sem "o país rico", já estava instalada na cabeça de muita gente. Ela conseguiu avançar alguns passos com a guerra centro-americana, que tem entre seus subprodutos a solidificação de um "triângulo de ferro" (Honduras, El Salvador e Costa Rica) que representa os interesses dos Estados Unidos e dificulta a paz.

Foi criado o grupo de Contadora. Com êle a América Latina se propôs a procurar "uma solução latino-americana para um problema latino-americano". A posição "de fato" dos Estados Unidos a Contadora é oposição ao "autonomismo" de um projeto "solidário". Trata-se de ameaça ainda maior à hegemonia norte-americana. De Contadora saiu o "grupo dos oito" (Brasil, Argentina, Uruguai, Peru, Colômbia, Venezuela, Panamá e México). O projeto foi ampliado. Outras questões, além da guerra centro-americana, seriam tratadas a partir de uma "ótica latino-americana".

Afinal a OEA sem os Estados Unidos? Talvez o começo. Mas a solidariedade latino-americana tem outros obstáculos. As mazelas das heranças coloniais, como fronteiras mal definidas que provocaram e continuam provocando guerras. As rivalidades de elite que tanto prejudicaram as relações entre Brasil e Argentina etc. Mas esses obstáculos são vencidos. Chile e Argentina fizeram as pazes e Brasil e Argentina se integram. O que permanece é a resistência maior.

Newton Carlos é jornalista especializado em assuntos internacionais. Integra a equipe de analistas da Folha de S. Paulo.

# Brigadas de café um ato de solidariedade

Maria Cecilia Iorio e Neide Esterci

**N**a Nicarágua, dezembro, janeiro e fevereiro é tempo das brigadas. Todo o país se volta para o corte do café, principal fonte de divisas da frágil economia nacional, sobrecarregada com o esforço de guerra.

Nos centros urbanos, são recrutados operários, professores, estudantes, técnicos, profissionais liberais e donas de casa. Professores e estudantes ocupam dessa forma seus períodos de férias, enquanto os demais profissionais se obrigam a interromper suas funções específicas para realizar, temporariamente, esta outra tarefa que os interesses nacionais demandam. É um super esforço de emergência imposto aos nicaraguenses e que já dura algum tempo.

Contando com a simpatia de vários setores da comunidade internacional, a Revolução Sandinista tem logrado mobilizar delegações de todo o mundo que vão prestar seu apoio e solidariedade participando da colheita do "rojito". Nas montanhas, fustigadas pela ameaça de ataque dos "contras", se encontram, no tempo das brigadas, nicaraguenses do campo e da cidade, operários, camponeses, enfermeiros, estudantes e encontram-se também as brigadas de solidariedade que vêm de outros países.

Na colheita deste ano uma pequena

parte do complexo contingente de brigadistas era constituída pela delegação de trabalhadores rurais e assessores brasileiros, colombianos e bolivianos que, representando a Rede Latino Americana de CPID do Conselho Mundial de Igrejas, foi prestar sua solidariedade ao país amigo. Eram representantes de Cepita, Imca, Cese, MTRST, Cedi, Teologia para o Desenvolvimento, entidades ligadas à Igreja e aos movimentos populares. O Comitê de Solidariedade ao Povos da América Central (Cospac) também organizou uma delegação de dezenas de brasileiros que mais ou menos na mesma época participaram das brigadas do café em outra região do país.

## Por que as Brigadas

Depois do triunfo sandinista, a primeira medida tomada pelo governo foi o confisco das terras de Somoza, seus parentes e aliados que representavam cerca de 70% das terras do país. Parte destas terras foi ocupada pelas UPES - Unidades de Produção Estatal - e parte foi distribuída aos camponeses sem terra. O governo tratou também de regulamentar em benefício dos trabalhadores do campo, os contratos de arrendamento, ao mesmo tempo em que fixou normas e abriu espaços de organização que redundaram na diminuição da ex-

ploração sobre os trabalhadores assalariados do campo.

Se acrescentarmos a este novo quadro o deslocamento permanente de parte da população ativa do campo para frentes de guerra, é fácil deduzir que motivos não faltam para que ocorra uma significativa escassez de mão-de-obra para fazer face às necessidades temporárias da produção comercial em grande escala (café, algodão, cana).

Acrescenta-se ainda o fato de estarem os cafezais localizados na costa oeste, fazendo fronteira com Honduras, ao norte, e com a Costa Rica, ao sul, o que obriga os colhedores de café a se dividirem entre as tarefas de colheita e defesa.

Daí que em determinado momento, o governo tenha passado a lançar mão da organização de brigadas para o corte do café, tal como já havia feito antes para enfrentar as tarefas de educação e saúde.

Participar das brigadas não é uma tarefa fácil: solteiros e casados devem separar-se de suas relações e obrigações familiares por três meses; trabalhadores de atividades as mais diversas e essencialmente urbanas têm que suportar o duro aprendizado da colheita;

todos têm que enfrentar as condições precárias de alojamento e alimentação, sem contar com a inospitalidade da própria natureza: terrenos íngremes, insetos, escassez de água para o que quer que seja.

Mesmo assim, não há constrangimentos legais que obriguem os nicaraguenses a aderirem às brigadas. A eficácia da convocatória corre por conta da motivação ideológica de cada um, da pressão coletiva baseada na legitimidade da Revolução, dos incentivos de ordem política e moral, principalmente, e muito pouco, ou quase nada, em termos de recompensa material.

### Unidades de produção estatal

As Unidades de Produção Estatal são áreas cultivadas tomadas de Somoza e seus correligionários que depois do triunfo passaram ao controle do Estado.

Nestas áreas foram preservadas as atividades agrícolas anteriormente desenvolvidas, visto que, ainda constituem a base da economia do país. Em alguns casos, conservaram-se as famílias que ali estavam executando as tarefas de manutenção da fazenda.

Não houve uma simples transposição de donos. No que se refere a situação dos trabalhadores muitas mudanças ocorreram tais como: a liberdade de se organizar em sindicatos, redução da jornada de trabalho, fornecimento de alimentação e material de trabalho, assistência médica e criação de uma pequena farmácia em cada UPE, liberdade para cultivar produtos complementares à alimentação, criação de pequenos animais e uma das conquistas mais festejadas pelos trabalhadores, a eliminação, da figura do capataz ou "puntero".

Com relação à administração da produção, mudanças também ocorreram. Hoje é feito um planejamento anual da produção em todas as suas fases junto com os trabalhadores fixos de cada unidade, dessa forma é determinada a meta a ser atingida.

A colheita do café começa de fato em setembro. Antes dos brigadistas, é a vez dos próprios trabalhadores do campo realizarem a colheita dos primeiros grãos que amadurecem. São os grãos "classe A", mais cotados no mercado externo e cuja colheita requer destreza e habilidade. Nesta fase a mão-de-obra fixa das unidades produtivas de café é completada pelos contingentes de trabalhadores rurais temporários, também chamados *tradicionais* quando se trata de distingui-los dos brigadistas.

A atividade de colheita do café é remunerada à base do salário por produ-

Maria Cecilia Iorio



Ao final da colheita, a brigada mais produtiva recebe o mérito da "Bandera de Vanguarda".

ção. Embora em situações revolucionárias como esta a jornada e a produtividade do trabalho tendam a sofrer um relaxamento pela quebra dos mecanismos de coação anteriormente vigentes, no corte de café a jornada pode se estender por dez horas sem que haja forte insatisfação quanto a isso. Pelo contrário, os trabalhadores temporários lamentam o fim da safra durante a qual eles conseguem obter mais do que o dobro da remuneração obtida nas demais épocas do ano.

Também os brigadistas recebem alguma forma de incentivo material: do salário por produção recebem a metade sendo o restante destinado às despesas do governo com as próprias brigadas e com a guerra. Além do que, lhes é preservado o salário referente ao seu emprego na cidade.

Aos *vanguardistas* — aqueles que logram a produtividade maior dentro das brigadas — são concedidos prêmios tão simples quanto uma flâmula ou uma lata de sardinha ou tão raros quanto uma jaqueta "jeans". Tudo, no entanto, com uma forte dimensão simbólica.

### Impressão que ficou

No início houve uma reação de perplexidade por parte de alguns membros da delegação devido à distância que separa a situação de escassez de alimentos, a dureza das condições de trabalho daquilo que imaginavam ser a resultante de uma luta contra o poder opressor.

A delegação discutiu e decidiu "pesquisar": enquanto participava da colheita conversavam com uns e outros sobre que pensavam da situação e como a suportavam.

Pelo fato de estarmos compondo uma brigada, tivemos acesso, de uma forma

especial, aos problemas que se colocam hoje para o povo nicaraguense. A oportunidade de identificar, junto aos trabalhadores, quais as questões são decorrentes das estruturas herdadas do somozismo e quais as que se colocam a partir do próprio processo de mudança foi um exercício que ampliou o conhecimento da delegação e criou um referencial para as análises do grupo não só com relação à Nicarágua como também com relação à situação e às práticas de cada um em seus países.

Neste sentido algumas questões foram levantadas e uma delas pode ser assim formulada:

O poder é do povo, mas o governo não tem podido atender as reivindicações populares; as lideranças das organizações populares estão em contato com as bases e são sensíveis às suas aspirações. No entanto, a ameaça constante que paira sobre o poder sandinista cria uma situação em que as lideranças que estão identificadas politicamente com este poder colocam a questão de como discernir papéis e exercer a representação de modo a promover um real diálogo entre o governo e povo.

Além da convicção de estar diante de uma experiência absolutamente importante para o alargamento da discussão acerca dos processos de transformação ficou, acima de todos os questionamentos, a sensação de algo muito caro a ser preservado como expressão das lutas populares na América Latina.

Maria Cecilia Iorio integra a equipe do Programa Movimento Camponês/Igrejas do CEDI. Foi a coordenadora da delegação de brigadistas organizada pela Rede Latino-Americana de CPID.

Neide Esterci é professora do Departamento de Ciências Sociais da UFRJ e coordenadora do Programa Movimento Camponês/Igrejas do CEDI.

# **Igreja Eletrônica:**

## **Não basta anotar escândalos**

Hugo Assmann

**Q**uando um assunto é noticiado como escândalo há sempre o perigo de a gente considerá-lo como algo fora do normal. Os fatos se apresentam, então, como estouro sensacionalista, explosão do exótico e aparição repentina do inusitado. Qualquer analista crítico do funcionamento dos meios de comunicação sabe que a prática do sensacionalismo é uma das mais ardilosas formas de ocultamento da realidade. Aquilo que é parte lógica e normal de um determinado funcionamento da sociedade passa a ser visto como exceção aberrante.

Algo disso está passando com a maneira como nossos meios de comunicação se referem, esporadicamente, a um assunto tão sério como é a assim chamada "Igreja Eletrônica". Ela se transforma em notícia sensacionalista de curta duração quando explode algum escândalo. Foi o que sucedeu recentemente quando um dos mais famosos televangelistas dos Estados Unidos - Jim Bakker, presidente da rede PTL ("People That Love"), cujo programa tem uma versão própria em espanhol e não mera dublagem, transmitida em muitos países latino-americanos - teve que admitir publicamente amores furtivos e o fato de que sua esposa, sempre presente em seus programas religiosos, é viciada em drogas. Vítima de chantagem durante anos, pagando pesadas somas para comprar o silêncio de uma ex-secretária, e pressionado por outros televangelistas como Jimmy Swaggart, que ambi-

ciona expandir ainda mais o seu já vasto imperio televisivo, Jim Bakker não teve outra saída que a de renunciar ao comando da PTL.

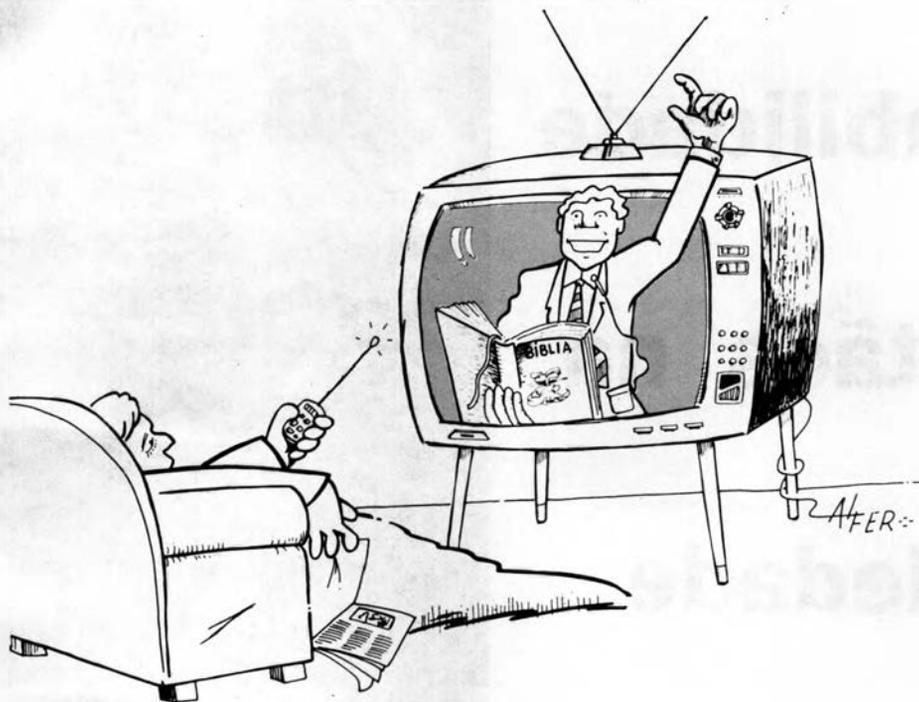
O fato constitui-se em prato cheio para os noticiários sensacionalistas da imprensa dos EUA, merecendo também amplo destaque nos jornais do Rio e de São Paulo (26 a 28/03/87) e cobertura, em chave exótica, no "Fantástico" da TV Globo (29/03/87). O lado positivo: a notícia do escândalo serviu para difundir, em nosso meio tão escassamente informado sobre a real importância da "Igreja Eletrônica", uma série de dados sobre as organizações multimilionárias que manipulam os programas religiosos fundamentalistas nos EUA. O lado negativo: o recorte sensacionalista das notícias não ajudou em nada a análise do caráter normal e politicamente funcional desse fenômeno no atual contexto dos EUA, não permitiu visualizar sua penetração crescente na América Latina e não propiciou a percepção das características originais que a "Igreja Eletrônica" está adquirindo, para além da simples importação, no volume crescente de programas religiosos de rádio e TV, no Brasil e no resto da América Latina. Já que aquilo que é apresentado como exótico e sensacionalista tende a ocultar-nos o que é realidade normal e consistente, é urgente que despertemos para a verdade: a "Igreja Eletrônica" não é um assunto "fantástico" confinado em exotices do panorama religioso norteamericano; é um assunto muito sério

que já faz parte da nossa realidade e é de bom aviso lembrar que veio para ficar e crescer.

### **"Igreja Eletrônica" nos EUA**

O "Destino Manifesto" é a ideologia mediante a qual os EUA se auto-atribuem uma vocação de tutela imperialista sobre o resto da humanidade. Historicamente, esta pretensão sempre se amparou em razões supostamente religiosas: a existência de um designio divino entregando aos EUA um papel de condutor da humanidade. A "civil religion" tem sido o viés normal de expressão religiosa dessa pretensão. As igrejas estabelecidas foram as reprodutoras usuais dessa ideologia no sentido comum dos norte-americanos, o que é bastante fácil comprovar na literatura religiosa de maior uso nessas igrejas. Os ideólogos políticos, contudo, jamais se deram por satisfeitos com essa reprodução normal da ideologia através das igrejas. Praticaram sempre, para maior garantia, uma espécie de magistério religioso de suplência. Basta conferir a presença de vigorosos apelos religiosos na boca e na pena dos políticos de maior expressão, ao longo da história.

E o que sucede nas épocas de aguda crise de legitimidade? Nunca faltou, na história dos EUA, a entrada em cena de "reavivamentos" religiosos estreitamente ligados à reconstrução do orgulho messiânico da nação que se pretende líder do mundo. Esse tem sido o



papel tradicional da entrada em cena dos fundamentalistas, cuja característica primeira não é o literalismo bíblico - sempre presente, sem dúvida -, mas a sintonia com ânsias e inseguranças no sentido comum do povo norte-americano. Neste sentido, os fundamentalistas representam um fenômeno religioso não apenas normal num contexto religiosamente "pluralista", mas algo profundamente congenial com necessidades religiosas próprias de eras de crise.

É provável que a lentidão das igrejas estabelecidas em captar autênticas necessidades espirituais de seus fiéis seja um fator relevante na adesão de muitos a "seitas", esse fenômeno explosivo do qual a "Igreja Eletrônica" não é mais que um capítulo complementar. Muitos teólogos já registraram o atraso das instituições religiosas na percepção e no atendimento de experiências novas da fé. Há, pois, aspectos pastorais sérios que o sociólogo e o analista político costumam desconsiderar. Por outro lado, seria ingênuo deixar de ver a adequação quase perfeita de certas ofertas religiosas aos interesses políticos dos dominadores.

Não há dúvida de que os grandes televangelistas norte-americanos representam um suporte político explícito às posições predominantes na era Reagan. Jerry Falwell fundou a "Maioria Moral" para apoiar a Reagan e, mais recentemente, com a criação da "Liberty Federation", quer consolidar um bloco religio-

so conservador para além da era Reagan. As bandeiras de Reagan, especialmente no que se refere à América Central, têm recebido apoio entusiasta de praticamente todos os integrantes da "Igreja Eletrônica".

### "Igreja Eletrônica" na América Latina

É um grave engano limitar o conceito de "Igreja Eletrônica", na América Latina, aos programas importados desde os EUA. É certo que essa importação continua aumentando, especialmente nos países de língua espanhola. Certas regiões, como a América Central, sofrem neste sentido uma espécie de bombardeio de saturação. Mas nem tudo é importável, mesmo porque nem todos os programas respondem às circunstâncias sócio-históricas peculiares de nossos países. Por isso é necessário estarmos atentos aos aspectos específicos com que o fenômeno se reveste na América Latina.

Em primeiro lugar, já não se pode ignorar que, apesar da importação ainda em aumento, começam a predominar os programas autóctones, gerados na América Latina. Yeye Ávila, Luis Palau, Hermano Pablo e diversos outros já são televangelistas quase onipresentes nos países de fala espanhola. No Brasil, a maioria dos programas é gerada no país, embora imitando nitidamente os moldes norte-americanos.

Em segundo lugar, o rádio é ainda o

veículo predominante para os programas religiosos na América Latina. No Brasil já existem dezenas de emissoras de rádio com programação religiosa fundamentalista praticamente a tempo completo. O pastor Manuel de Mello ("O Brasil para Cristo") utiliza umas 250 estações; David Martins Miranda ("Deus é Amor") fala semanalmente em 573 emissoras; a Rádio Transmundo espera chegar a 100 repetidoras até 1990. Na TV, os programas religiosos, em evidente aumento, estão ainda confinados a horários menos nobres. A Guatemala foi o primeiro país latino-americano a ter uma emissora de TV exclusivamente religiosa. O segundo caso, ao que nos consta, será o Canal 13, do Rio de Janeiro (antiga TV Rio), que o governo Figueiredo concedeu ao pastor Nilson do Amaral Fanini.

Em terceiro lugar, cabe um destaque à profunda mudança no que se refere aos destinatários. A maioria dos programas religiosos de rádio e TV, gerados na América Latina, exploram e manipulam as ânsias religiosas ligadas a situações de miséria social. Fizeram, pois, a sua maneira, a "opção pelos pobres". Representam um populismo religioso-milagreiro para os marginalizados. Essa é a causa principal de seu êxito. Este é, portanto, o desafio maior para qualquer análise séria. Não basta denunciar formas aberrantes de mensagem religiosa. É necessário entender por que funcionam, por que atingem audiências massivas.

Para as igrejas estabelecidas é talvez a hora de curar-se em espanto ao verificarem a que ponto podem chegar as manipulações do sagrado, mediante palavras, gestos e objetos. Tudo isso não é estranho aos mais arraigados hábitos de manifestação tradicional do fervor religioso nas igrejas cristãs. A "Igreja Eletrônica" não começou do zero. Ela se apoia em raízes tradicionais. Para as igrejas, com a Católica em destaque, é a hora de analisar, nesse espelho distorcido que é a "Igreja Eletrônica", as excrescências aberrantes de suas próprias doutrinas e práticas. Qualquer recuo na opção decidida pelas maiorias oprimidas significaria uma traição ao Evangelho, além de envolver o futuro do cristianismo. Parece, pois, que a evangelização implica hoje a criação de uma cultura mobilizadora do potencial evangelizador dos pobres.

Hugo Assmann, um dos principais teólogos da América Latina, é professor da pós-graduação da Universidade Metodista de Piracicaba (SP). Autor de *A Igreja Eletrônica e Impacto na América Latina — Convite a um estudo* (Vozes, em português, e DEI, em espanhol).

# Responsabilidade dos cristãos na solidariedade latino-americana

D. Angélico Sândalo Bernardino

**N**osso ponto de partida: a realidade dura vivida pelos povos latino-americanos. Nosso ponto de chegada: revolucionar, na justiça e no amor, esta realidade mergulhada na injustiça, construindo uma sociedade justa e fraterna. Em Puebla, número 28, constataram os bispos: "Vemos, à luz da fé como um escândalo e uma contradição como ser cristão, a brecha crescente entre ricos e pobres. O luxo de alguns poucos converte-se em insulto contra a miséria das grandes massas. Isto é contrário ao plano do Criador e à honra que lhe é devida. A tradicional miséria reinante nos povos da América Latina que lhe é imposta pelos exploradores internos e externos, conhece, agora, níveis insuportáveis ditados pela dívida externa de nossos países, ocasionada, na afirmação de John Kenneth Galbraith, "pela estupidez dos grandes bancos"; "quando bancos pouco sensatos emprestam a governos pouco sensatos, não há como esperar que lhes devolvam esse dinheiro".

Diante desta situação de injustiça, a 3ª Conferência Geral do Episcopado

Latino-Americano (Puebla, 28) não fugiu à responsabilidade que incumbe, de modo especial, aos católicos: "Nesta angústia e dor, a Igreja discerne uma situação de pecado social, cuja gravidade é tanto maior quando se dá em países que se dizem católicos e que têm a capacidade de mudar".

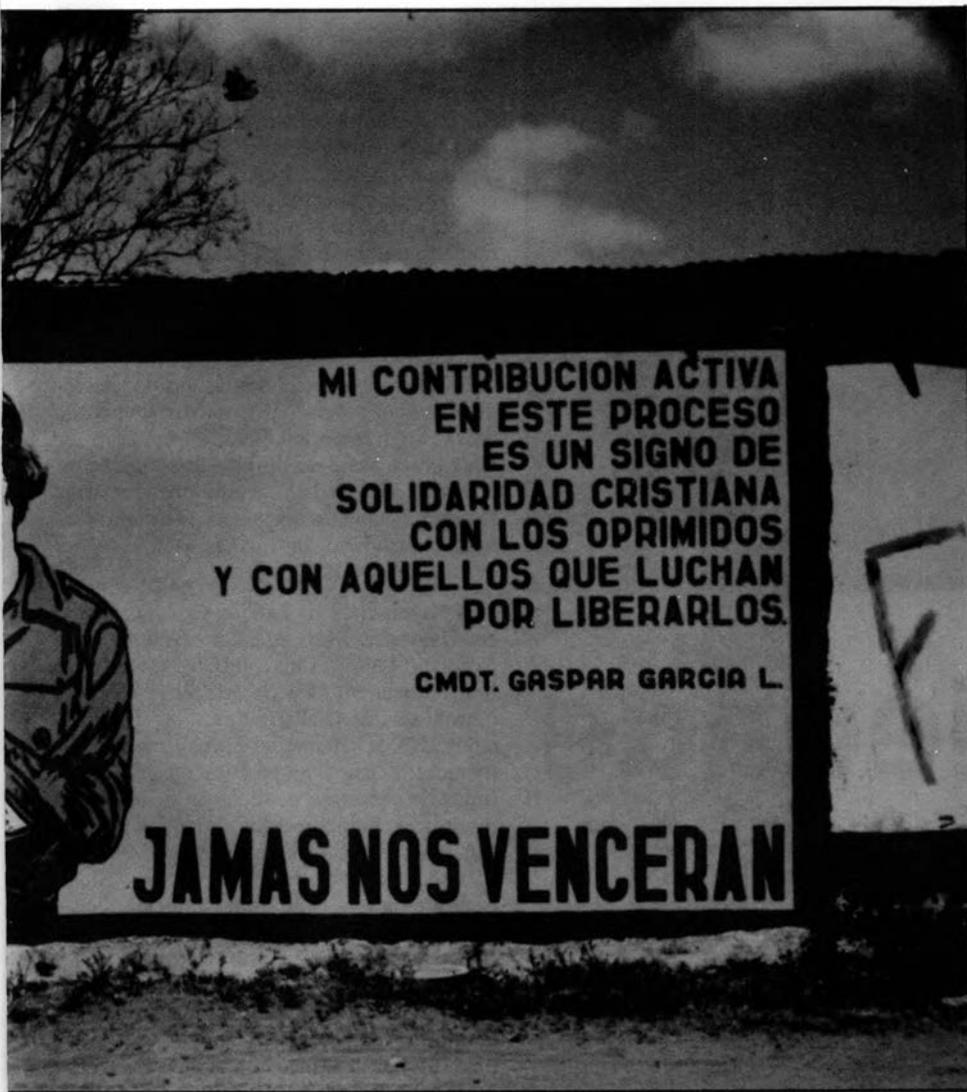
## Na solidariedade, o caminho

Unidos pelos laços da comum exploração que, há séculos, pesa sobre nossos países, somos povos separados, divididos, quando se trata de soluções libertadoras. Adequadas, neste enfoque, as constatações de d. Mauro Morelli, em *Colegialidade e Missão, 1987*: "Os problemas comuns a todos os países da América Latina são agravados pelos bloqueios que nos isolam ou separam. Em nosso caso, por razões históricas e culturais, não nos identificamos como latino-americanos. Nenhum país de nosso continente conseguirá a libertação que busca, sem a solidariedade dos demais. A solidariedade é a força dos pe-

quenos e fracos na luta pela vida e pela liberdade. Com urgência precisamos vencer barreiras e preconceitos que nos dividem e imobilizam".

Esta solidariedade, sendo urgência para todos, se torna dever e coerência para os cristãos. A exemplo do Filho de Deus que se fez solidário conosco, tornando-se carne, habitando entre nós (Jo 1, 14), temos a brigação, brotada da fé, de viver a fraternidade, a solidariedade. As palavras de João Paulo 2º na sua mensagem para a celebração do Dia Mundial da Paz, 1º/01/1987, versando sobre desenvolvimento e solidariedade, em sua abrangência universal, têm urgente necessidade de acolhimento por parte dos cristãos latino-americanos: "Reconhecer a solidariedade social da família humana comporta a responsabilidade de construir sobre aquilo que nos une. Isto significa promover eficazmente e sem exceção alguma a igual dignidade de todos, como seres humanos dotados de certos direitos fundamentais e inalienáveis. Isto afeta todos os aspectos da nossa vida individual, bem como da nossa vida na família, na





comunidade em que vivemos e no mundo. Uma vez que compreendemos verdadeiramente que somos irmãos e irmãs no seio de uma comum humanidade, então podemos modelar as nossas atitudes diante da vida à luz da solidariedade que nos torna uma coisa só. Isto é verdade, de modo especial, quanto a tudo o que diz respeito ao projeto universal de base: a paz”.

#### Algumas sugestões

Diante da vastidão do tema: “Responsabilidade dos cristãos na solidariedade Latino-Americana”, ouso apresentar algumas sugestões para que esta solidariedade possa ir crescendo:

1) Como cristãos, precisamos de constante conversão. Nossas vidas, nossas comunidades em revisão crítica diante do Evangelho, da realidade, precisamos sempre mais ser luz, sal e fermento” (Mt 5,13-16). Sendo cristãos marca registrada Nosso Senhor Jesus Cristo, estaremos dando urgente colaboração à causa da libertação integral da

América Latina.

Não deixa de ser profundamente questionador o fato de que a América Latina se professe, em elevada porcentagem, católica, com governos fazendo a mesma profissão e se constitua em terrível bolsão de miséria, de incriveis desigualdades sociais, no mundo! Temos urgência de dobrar os joelhos diante do Deus vivo, Deus da vida, não diante de ídolos. De Jesus, aprendemos que Deus é *nosso Pai*, devendo, também ser *nosso* o pão de cada dia! Mais do que declarações, documentos, a América Latina necessita de testemunhas vivas de solidariedade!

2) Precisamos dar o melhor apoio aos ensaios da Teologia da Libertação. Essa Teologia da Libertação definida por João Paulo 2º, na mensagem ao episcopado do Brasil, 9/4/86, como “não só oportuna mas útil e necessária.”

3) Que organismos de Igreja, tipo Celam, sejam de fato, abertos à participação, tornando-se, efetivamente, instrumentos de fraternidade. Que aprendamos a dialogar, despojando-nos de ideo-

logias, proselitismos, visando o bem integral do homem latino-americano.

4) Que projetos visando incrementar o bem de nossos povos, feitos entre alguns países ou a nível continental, encontrem, em nós, decisivo apoio.

5) Que promovamos em simpósios, encontros, a consciência de sermos latino-americanos, com o objetivo de nos unirmos, organizarmos, na defesa, aprimoramento de nossa cultura, dos direitos de nossos povos, e de nossa vocação solidária universal.

6) Que nos organizemos para vigília constante contra governos ditatoriais, corruptos, lacaios de potências estrangeiras. Que a lâmpada desta vigília se torne vivo, incansável, protesto contra a sórdida ação do governo dos Estados Unidos a respeito dos esforços de libertação de povos como o salvadorenho e o nicaraguênses.

7) Que unamos esforços em torno de movimentos de âmbito latino-americano, tipo o Movimento de Cristãos pelos Direitos Humanos na América Latina (CDHAL). Tais movimentos, aos poucos, vão criando uma alma latino-americana, dando-nos a convicção de que somente na comunhão e participação, haveremos de conquistar a liberdade.

8) Que a opção preferencial pelos pobres se torne sempre mais, realidade, dando-nos ao amor assistencial, promocional, libertador. Que, sobretudo, no dia-a-dia, sejamos agentes incansáveis na construção de nova América Latina, estruturada na justiça e fraternidade. O grande desafio à nossa fé cristã, na América Latina, está na urgência da edificação de povos livres da fome, da opressão, do analfabetismo, da falta da terra, de habitação... Na verdade, a fé sem obras é morta (Tg 2,17), sendo que a religião pura e verdadeira reside nisto: ajudar os órfãos e as viúvas em suas aflições, e não se manchar com as coisas más deste mundo” (Tg 1,27).

Precisamos crer no Senhor da História, no Deus dos pequeninos, que “deruba os poderosos de seus tronos e exalta os humildes” (Lc 1,52). Decididamente, os cristãos, na América Latina, deixando alianças com poderosos, precisam estar aliados aos pobres, àqueles que, nas elites dirigentes, colocam suas vidas a serviço do povo, para que este tenha “vida e a tenha em plenitude” (Jo 10,10); para que o “povo disperso seja congregado na unidade” (Jo 11,52).

D. Angélico Sândalo Bernardino é bispo auxiliar de São Paulo.



# Solidariedade e esperança

Gerson de Azevedo Meyer



Huampaní (Lima, Peru), 1982: plenário da Assembléia Constitutiva do Clai.

**H**á alguns anos, o autor ao terminar uma palestra sobre a América Latina em um país rico do Atlântico Norte, foi diplomaticamente advertido a não mais usar nesse país a palavra *solidariedade*. Tinha, disseram-lhe, conotação muito negativa, pois era usada por grupos de esquerda... É interessante notar, como contraste, a maneira natural como a palavra é usada em nosso continente e ilhas do Caribe Hispânico com um significado, talvez desconhecido pela maioria dos povos afluentes acostumados a dar das migalhas que lhes sobram. Há mais de vinte anos, comunidades locais, indivíduos, organizações e outros grupos de cristãos têm levantado a voz contra as injustiças nesta parte do mundo e as manifestações de solidariedade genuinamente cristãs se multiplicam como resposta ao desafio dramático que vive o continente e às implicações de uma fé sólida.

A Assembléia de Igrejas Cristãs reunida em Oaxtepec, México, em 1978, que cria o Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai) já evidencia em suas declarações qual seria o programa do Clai. Há dez anos, diziam os delegados de 110 igrejas e organizações ecumênicas: "Urge uma pastoral dirigida às vítimas de todo tipo de violação de legítimos direitos: os desaparecidos e suas famílias, os prisioneiros políticos, os refugiados e os que sofrem repressão". Exorta Somoza a "deter a sangrenta repressão do povo nicaraguense e a oferecer a sua renúncia..." (**O papel da Igreja na América Latina**, Oaxtepec, 1978). O mesmo pedido é feito ao Secretário Geral da ONU a fim de que interfira para acabar com o derramamento do sangue inocente e pelo estabelecimento da paz com justiça na Nicarágua; ao presidente Carter solicita a libertação dos quatro mais antigos prisioneiros políticos do hemisfério. Denuncia também a calamitosa situação de injustiça na América Latina como adiante se verá.

É neste sentido que nasce no Clai uma Pastoral de Solidariedade e Consolação que se revelaria muito eficaz em seus programas para manifestar concretamente a solidariedade cristã aos que sofrem neste continente, muito especialmente na defesa dos direitos humanos. A mensagem do Clai às igrejas e povos latino-americanos enfatiza: "Frente à injustiça que prevalece, há muitos que não só clamam pela justiça como também e, além disso, são agentes na luta contra esse pecado social. A ajuda humanitária oferecida por aquelas pessoas que abandonam a comodidade de seu lar e uma posição segura para afrontar a insegurança dos campos de refugiados e até das frentes de guerra, é sinal da justiça do Reino" (**Mensagem do Conselho Latino-Americano de Igrejas às Igrejas e Povos do Continente Americano**, Huampaní, 1982). Como disse Enrique Dussel, vivemos em uma era de transição, fim da "era das missões" para a "era da solidariedade" entre as igrejas locais. (In, *Revista Internacional de Missão*, CMI, Vol. VXXVI, n.º 301/1987)

## Solidariedade — novo estilo na vida da Igreja

Não tem sentido a criação de um conselho como o Clai que não esteja a serviço dos pobres e que não defenda os seus direitos outorgados pelo Criador, portanto, sagrados; não tem sentido que este ministério não tenha consciência do drama que vive nosso continente e que não ofereça testemunho concreto do poder do Evangelho através da solidariedade que Jesus exemplificou. (De Oaxtepec a Huampani, Clai, Lima, Peru, 1982)

Mas antes de prosseguir, temos que dizer bem claramente que solidariedade não é mera ajuda humanitária, “é amor que move pés, mãos, coração, bens, auxílio e sacrifício na hora da dor, da desgraça, do desastre, da repressão, do perigo, do massacre e da morte que sofre um povo ou alguns seres humanos na desgraça” (Teologia de la Solidariedad Cristiana, Jon Sobrino e Juan H. Pico, IH-CA/CAV, Nicarágua, 1983). Talvez os termos mais apropriados para definir solidariedade, nos sejam indicados pelo próprio Jon Sobrino no mesmo livro citado: “corresponsabilidade humana”. Somos corresponsáveis pela desgraça humana e é por esta razão que a pregação do Evangelho não pode jamais desassociar-se da proclamação da justiça como na pregação de Isaías, Jeremias, Amós e outros.

Somos testemunhas deste milagre na vida das igrejas em nossa parte do mundo, de maneira eloqüente na vida das comunidades de base. Aqueles que visitam a América Central hoje falam de um movimento sem paralelo na história. Para aqueles que estão envolvidos com as igrejas na América Latina, os exemplos de solidariedade cristã são comovedores. A palavra de Paulo aos Gálatas é certamente seguida por milhares de cristãos em nossas terras: “Levai as cargas uns dos outros, e assim cumprireis a lei de Cristo” (Gl 6,2).

Clodovis Boff em suas andanças pelo Amazonas teve, muitas vezes, a oportunidade de constatar o que acima se diz: “As CEBs enriquecem a nota da apostolicidade vivendo hoje um cristianismo bem próximo da Igreja dos Apóstolos, a comunidade de Jerusalém. E isso através das reuniões, leitura da palavra, orações em comum, partilha de bens e esforço pela transformação do mundo (Teologia pé-no-chão, Vozes, 1984).

No outro extremo do país, Walter Altman, em texto a ser publicado como material preparatório para a 2ª Assembleia Geral do Clai, nos convida a acompanhar uma igreja local em sua caminhada solidária com as duas mil famílias de sem-terras acampadas na fazenda Annoni (Sarandi, RS). Diz ele a respeito de uma Igreja de Cristo da cidade de São Leopoldo: a Igreja ficou pequena para receber os sem-terras e os evangélicos que com eles se solidarizavam. A Escola

Superior de Teologia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) suspendeu as suas atividades letivas para que professores e alunos também pudessem participar do culto. Durante o culto, falaram em solidariedade representantes das Igrejas Metodista, Anglicana, Católica e Luterana. Os lavradores foram lembrados da promessa divina com as senhas bíblicas do dia: “Sois povo santo ao Senhor, vosso Deus, e o Senhor vos escolheu de todos que há sobre a face da terra para lhe serdes seu povo próprio (Dt 14,2). “Tudo é vosso, e vós de Cristo, e Cristo de Deus” (1Cor 3,22s). Em suma: o culto deu impressionante atualidade ao tema da IECLB para 1986, bordado num antepêndio sob o púlpito: “Por Jesus Cristo, Paz com Justiça”. Claro que a luta continua para os sem-terras, mas a Igreja de Cristo procura ca-



Logotipo da próxima assembleia do Clai.

minhar com os pobres e marginalizados da sociedade, aqui e em muitos outros lugares porque graças a Deus a Igreja cristã neste continente está a caminho de uma esperança solidária.

Mais do que uma demonstração de solidariedade para com os que sofrem, temos que reconhecer um novo estilo de ser igreja na América Latina e um novo conceito de missão. Juan Marcos Rivera, Secretário Geral do Concílio Evangélico de Porto Rico escreve: “Na América Central um novo estilo de missão começou: Solidariedade. Um novo desafio se torna visível em toda a Igreja Cristã: na vida prática de muitos cristãos que viram a face de Cristo na face dos pobres, os caminhos para o futuro se cruzam”. (O Futuro da Missão, semeando a semente de Shalton, Revista Internacional de Missão)

Um barco da solidariedade e da paz sairá brevemente da América do Sul levando uma carga de amor e esperança ao povo nicara-

guense. O “Barco da Solidariedade e da Paz” deixará Buenos Aires e passará por Brasil, Venezuela, Equador e Colômbia antes de chegar ao porto de Corinto, na Nicarágua. O projeto é presidido pelo Bispo Federico J. Pagura, da Igreja Metodista da Argentina, que escreveu:

“Para estender a mão solidária ao povo irmão, indômito, bravo, América do Sul se fará navio”.

## Solidariedade e a luta pela justiça

“Porque vivemos em uma sociedade opressora que não avança para a justiça, a Igreja tem que perguntar a si mesma acerca do significado de sua missão profética. Deve reconhecer o pecado de sua infidelidade ao aliar-se aos poderes da opressão e escravidão, deve buscar a conversão de suas próprias estruturas de poder que muitas vezes estão vinculadas e servem aos poderes locais e mundiais, e deve deixar de viver para si mesma e converter-se em servidora na extensão do Reino”. (O papel da Igreja na América Latina)

Desde então as igrejas na fraternidade do Clai e outras não têm cessado de denunciar as violações de injustiça em nosso continente, demonstrando ao mesmo tempo a verdadeira solidariedade cristã que em muitos casos (não na maioria, infelizmente) procura viver, apesar das dificuldades, aquela mensagem que Jesus anunciou na sinagoga de Nazaré (Lc 4,18-19). Assim diz a “Carta de Manágua” da Junta Diretiva e Secretariado do Clai que se reuniu recentemente em Nicarágua: “Jesus começou o anúncio do Reino em um mundo de pobres, cativos, cegos e oprimidos. Quatro rostos da pobreza econômica, física, política e espiritual. Proclamou que nele se cumpriam as promessas do Jubileu, as esperanças do Reino, quer dizer, as boas novas, a restauração da vida, a liberdade e novos começos para uma paz respirando justiça... Da solidariedade de Jesus à solidariedade com os pobres, da esperança de Jesus à esperança com os pobres até a morte”. “Tomem o meu jugo”, disse Jesus

Na visão histórica da realidade latino-americana, os bispos em Puebla, México, acentuam a situação de extrema pobreza e dizem que é o Senhor mesmo que nos questiona e nos interpela para que reconheçamos nos indígenas, camponeses, operários, marginalizados, sub-empregados e desempregados, jovens, crianças e anciãos, os traços de Cristo.

Comove-nos e somos inspirados pelas atitudes de igrejas latino-americanas nestes últimos anos: o desafio que a Consulta Anabatista, realizada na Guatemala, em 1984, lança aos menonitas latino-americanos, especialmente sobre a situação em América Central, convocando as Igrejas Menonitas a um testemunho efetivo no momento que vive essa parte da nossa América (Esperança

no Caminho, América Central desafia a Igreja, Igreja Evangélica Menonita Hondurenha, 1986). Somos fortalecidos em nossa fé e compromissos pela desafiadora carta que líderes cristãos chilenos enviam ao general Augusto Pinochet, responsabilizando-o diante de Deus pelo sangue derramado. A carta foi assinada pela diretoria da Confraternidade Cristã das Igrejas, mas também por oito presidentes, bispos e moderadores das igrejas evangélicas.

Nesta mesma linha, fala uma pastora pentecostal chilena: "A mulher latino-americana tem essa responsabilidade — viver comprometida com o Reino e solidarizar-se, em todas as partes, com aquele Jó sofredor, caído no caminho (...) O Senhor me utilizou para chegar até às autoridades do meu povo e falar, ser a voz dessa mulher do povo marginalizado, sem casa e vivendo sobre o lixo!" (**Semente de Comunhão**, Clai, 1983). Os exemplos das igrejas na fraternidade do Clai e muitas outras, podem ser multiplicados e damos graças a Deus por esse testemunho da Igreja de Cristo.

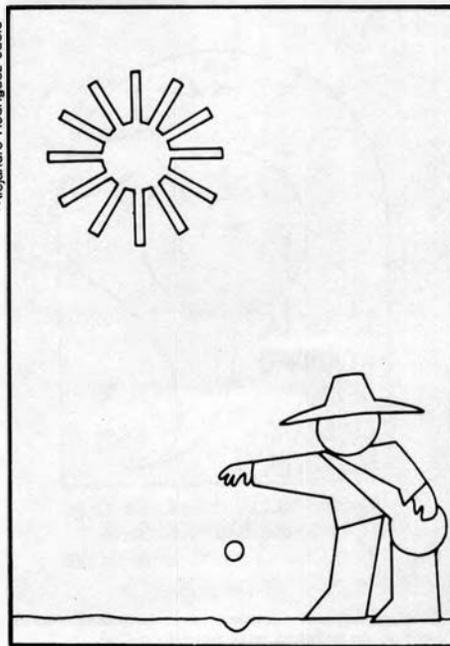
Se "evangelizar é um pobre faminto dizendo a outro onde encontrar comida", a Igreja em nosso continente tem evangelizado como nunca o fez antes. Aqueles que têm fome e sede de justiça (salário digno, moradia saudável, educação, saúde para uma vida plena) encontram em muitas comunidades locais a esperança para continuar lutando na certeza de que os oprimidos serão libertados um dia. Como disse um lavrador: "Esta nova Igreja do Evangelho deixa a palavra livre aos pobres e até se orgulha dos pobres; não vende os sacramentos por dinheiro, mas exige o compromisso; destampa a verdade do Evangelho e desmascara as injustiças. É a Igreja que se bate pela justiça e pelo direito de todos". (**Estudos Bíblicos de um Lavrador**, CEDI, Suplemento 25, 1979)

Ao perguntar ao rev. Mortimer Arias, reitor do Seminário Bíblico Latino-Americano, como podem as comunidades eclesiais do Clai expressar a esperança solidária na América Latina hoje, indica em primeiro lugar: "A solidariedade no pecado ao assumir a corresponsabilidade do que sucede em nossa América e compartilhar o sofrimento das vítimas do pecado pessoal e social, e ao mesmo tempo unir-se no esforço para desembaraçar-nos de todo peso e do pecado que tenazmente nos assedia...". (Hb 12,1)

### Solidariedade e unidade

Em nossa América Latina temos muitos exemplos de esforços em favor da unidade cristã, mas nada tem contribuído tanto para isso quanto a solidariedade na luta contra as injustiças e pela dignidade dos pobres. Alguém disse que "direitos humanos é assunto muito sério e vasto para ser considerado por uma só denominação", ou uma só confissão

religiosa, ou mesmo um só país. É nesta luta pelos direitos humanos que se manifestam as provas de solidariedade e unidade. Por um lado, uniram-se os pobres para defender os seus direitos sem perguntar a que igreja pertenciam os membros do grupo; por outro lado, líderes cristãos põem de lado as suas diferenças e motivos de divisão para, juntos, lutarem contra as injustiças. Nessa solidariedade que vem do compromisso cristão, aparece então o milagre: católicos e protestantes trabalham juntos para suprir as necessidades dos pobres no Chile e lutar pelos seus direitos; um pastor protestante assessora uma arquidiocese católica no Brasil; um sacerdote católico participa de uma comissão protestante de âmbito continental para assuntos humanos e, alegremente, todos celebram a liturgia da Palavra de Deus no Dia dos Direi-



Alejandro Rodríguez Jueles

tos Humanos do Clai. Acrescente-se também a formação de comissões interdenominacionais e interconfissionais para lutar pela justiça onde antes não se pensava ser possível.

Em 1980, a Junta Diretiva do Clai, juntamente com o seu secretariado, dizia às igrejas da América Latina e do Caribe: "Deus em sua Palavra nos revela que Ele quer que todas as suas criaturas vivam como uma grande família e no meio de todos nós, Jesus Cristo, como irmão maior. A Palavra da Bíblia nos convoca a uma verdadeira unidade, ao amor fraternal e a uma vida simples na qual podemos e devemos compartilhar igualmente os bens e os frutos desta rica e bela terra". (**Carta Pastoral de Santiago**, Chile, Advento de 1980)

A diaconia liberadora como resultado de uma prática ecumênica, foi enfatizada no ano passado na consulta sobre diaconia auspiciada pela Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese). "Isto", diz o documento final, "brota da descoberta de que o enfrentamen-

to, por grupos diferentes, das situações de injustiça e opressão, levam-nos a superar suas virtuais divergências".

Recentemente realizou-se em Cuenca, Equador, um encontro histórico que reuniu católicos e protestantes, entre bispos, presidentes, moderadores e outros para estudar "os movimentos religiosos contemporâneos e seu desafio a nossas Igrejas". O resultado desse encontro foi publicado por "Tempo e Presença" (n.º 215, dezembro de 1986). Destacando o seguinte sobre as opções pastorais: "frente aos desafios apresentados, expressamos a exigência de viver preferencial e solidária com os pobres, não exclusiva nem excludente, que implica: numa prática religiosa que tenha em conta as necessidades vitais dos pobres; na aproximação com o povo, como pastores responsáveis de nossas igrejas e na solidariedade com suas necessidades materiais e espirituais. Assim, desde os pobres e com eles nos comprometemos a construir uma igreja dos pobres e não somente para os pobres, concretizada em igrejas locais criadas a partir dos valores autóctones, como espaço de solidariedade e fraternidade".

Apesar do aspecto positivo do que se diz sobre a unidade da raça humana. Vivemos divididos e sub-divididos: norte-sul, leste-oeste, credos, ideologias, raças, classes etc. Contudo a Igreja de Cristo deve, unida, crescer em sua solidariedade e unidade para que o mundo possa crer (Jo 17,21). A Constituição do Clai estabelece como o seu primeiro objetivo "promover a unidade do povo de Deus na América Latina como expressão local da Igreja Universal de Cristo e como sinal e contribuição para a unidade do povo latino-americano". Jon Sobrino em sua obra já citada, usa a expressão "levarmo-nos mutuamente" — caminhar juntas e juntos na estrada nada fácil da solidariedade cristã no espírito das palavras de Paulo aos coríntios (1Cor 3,3-9). Outro teólogo fala da "amizade do mútuo sustento e da mútua correção" — como membros do mesmo corpo nós fomos chamados a sustentar uns aos outros e a corrigirmo-nos em amor (Rm 12). É isso que dá sentido à vida cristã porque sem ela não existe vida digna desse nome para todos os seres humanos que Deus criou. (Jo 10,10)

Volvendo à introdução, podemos repetir que a palavra solidariedade torna-se cada dia mais familiar em nossa parte do mundo e em outros lugares do mundo pobre, mas é necessário lembrar que em muitos casos, ela tem gravado com sangue em nossa história o compromisso solidário e tem exigido muito sacrifício por parte de cristãos. Por outro lado, por causa dessa mesma ação sacrificial ela tem gravado também em milhares de corações a palavra *esperança*.

**Gerson de Azevedo Meyer** é pastor da Igreja Presbiteriana Unida, assessor do Clai e presidente do Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais.

# A solidariedade dos povos indígenas

Ailton Krenak

**A** questão indígena, vista numa perspectiva latino-americana, é muito complexa. Tratar do assunto sem atentar para os aspectos históricos de cada povo, de cada etnia — pois é importante ressaltar que sobretudo estamos falando de tribos — é correr o risco da simplificação. Só no Brasil, por exemplo, nós somos 180 tribos atualmente. São grupos étnicos que têm uma trajetória, desde a origem do mundo, da memória da origem do mundo, até os contatos intertribais, e depois os contatos com os brancos, carregada de conflito.

Pensar a solidariedade dos povos indígenas, mesmo no contexto só do Brasil, é extremamente delicado. Eu tenho acompanhado a luta pela construção de um movimento indígena no Brasil onde povos das tribos diferentes possam estar juntos, compartilhar e se esforçar por uma proposta comum. Mas tenho percebido que dentro da ideologia, da tradição, da cultura, da religião de cada tribo há terríveis obstáculos para que se estabeleça esse pan-indianismo, essa coisa dos povos tribais estarem juntos numa luta para fora.

As sociedades chamadas desenvolvidas colocam-se hoje para o conjunto das populações indígenas como um risco em potencial. Diante desse risco, as pequenas sociedades indígenas buscam se juntar e se solidarizar com os iguais, com os que estão na mesma canoa. Eu não acredito, contudo, que a possibilidade de buscar o apoio de outra tribo dentro de uma nação-estado como o Brasil, e de tribos de outras nações-estados como o Paraguai, a Bolívia e o Peru, seja colocada de forma muito clara para as populações indígenas.

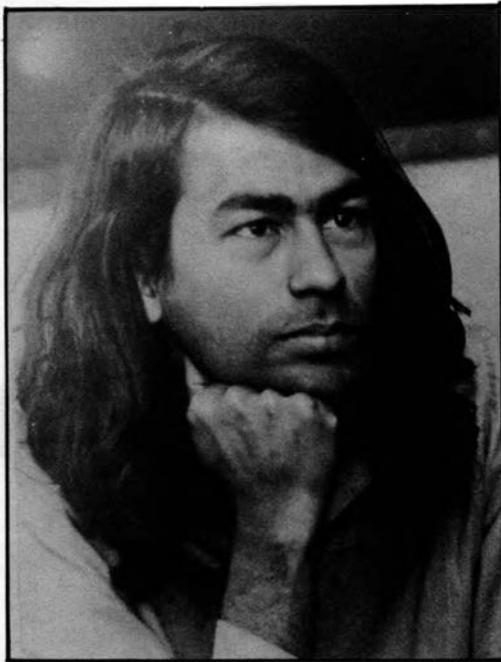
A solidariedade indígena está fundada em princípios que não são os do confronto, da perspectiva da revolução burguesa, da revolução moderna; são povos tribais. Eu costumo dizer que as sociedades in-

dígenas são sociedades de alianças. Essas alianças se estabelecem pelo casamento, pela comunhão do mesmo espaço de caça, de colheita, de pesca; por terem cantos, expressões e ritos que se assemelham. Essa solidariedade está marcada profundamente por uma expectativa com relação à vida e com relação ao entendimento do mundo, mas não supõe isso que modernamente chamam de solidariedade política. É diferente, é uma solidariedade que está vinculada muito mais a uma origem, a uma memória da origem do povo.

Quem nos chama de índio, aliás, são os brancos. Cada grupo indígena tem uma identidade muito específica, muito própria. E é muito cioso dessa sua identidade, não quer ser confundido com a tribo vizinha. Se um Xavante for chamado de Bororo, ele vai reagir no mesmo instante dizendo que ele não é Bororo, que ele é Xavante. Se um Yanomami for chamado de Tukano, ou de Makuxi, ele vai reagir imediatamente, ressaltando que ele é Yanomami. Por isso, a questão da solidariedade entre os povos indígenas deve ser pensada com muito cuidado, porque são sociedades de aliança por excelência, mas não aceitam dispensar a sua identidade na formação de uma massa.

A política moderna pensa esse negócio da solidariedade das massas, da solidariedade do povo, da solidariedade de todo mundo junto; as sociedades tribais pensam a solidariedade dentro das diferenças, dentro da identidade de cada uma delas. Então, pensar a questão da solidariedade indígena na perspectiva latino-americana seria circunscrever a uma região geográfica uma realidade que é cultural, que é étnica, que é histórica, que é mítica, que é cósmica. Para os povos indígenas não existe a América Latina, existe o universo.

Guardadas essas observações, pode-se



dizer que as populações indígenas do Brasil são solidárias com as tribos que conhecem. Nós estamos muito preocupados com o que possa acontecer com os nossos parentes Yanomami que vivem do lado de lá da fronteira do Brasil, na parte do estado-nação da Venezuela. Porque eles já viviam ali antes dos brancos botarem fronteira na América. Não havia América do Norte e América do Sul; havia povos vivendo aqui, organizando-se de maneira diferente. Eu acho que a perspectiva de América Latina é uma perspectiva da cabeça dos brancos, não é uma perspectiva da cultura e da cabeça dos índios.

A solidariedade dos povos tribais do mundo ou das Américas, e no caso aqui, da região geográfica identificada como América Latina, ela se estabelece no contato, na visita, nos protestos que os grupos tribais de uma e de outra região desse continente fazem e manifestam diante de governos autoritários e corruptos, que desrespeitam as nossas tribos, que não acatam os nossos chefes, que não respeitam o nosso pensamento religioso, político e cultural. Nós protestamos nos fóruns nacionais e internacionais diante da truculência, do genocídio e do desrespeito que os brancos têm praticado contra o nosso povo. Protestamos contra os governos, de qualquer ideologia, que não sabem contemplar o nosso povo como um povo diferente, como um povo específico, como um povo que tem uma história que baliza o seu comportamento dentro das relações com os homens. A história de um povo que remonta a alguns milhares de anos e que não começou de jeito nenhum no ano de 1500 com a chegada dos brancos.

Ailton Krenak é coordenador regional da União das Nações Indígenas (UNI-SP). Este texto é parte de um depoimento concedido a José Domingos Braghetto.

# Encontro Oscar Romero: solidariedade militante

Dermi Azevedo

**"A** solidariedade nas práticas de libertação na América Latina" será o tema do 7º Encontro Oscar Romero, de 12 a 19 de julho próximo, em Nova Iguaçu, RJ, numa promoção do Secretariado Internacional Cristão de Solidariedade com a América Latina D. Oscar Arnulfo Romero, com sede no México, além do patrocínio, no Brasil, do CDHAL (Movimento de Cristãos pelos Direitos Humanos na América Latina), com apoio da Ubraje (União Brasileira da Juventude Ecumênica), do CEPE (Centro de Evangelização e Pastoral Frei Tito de Alencar Lima) e da Renovação Cristã. Estão sendo esperados, neste encontro, cerca de 200 militantes da solidariedade latino-americana, do Brasil e do exterior, bispos, líderes evangélicos, índios, negros, mulheres, teólogos, catequistas populares, religiosas inseridas nos meios populares, biblistas, operários, camponeses, parlamentares e representantes de outras articulações.

Com este tema, os organizadores do encontro pretendem aprofundar a reflexão sobre a presença maior ou menor da dimensão solidária nas práticas de libertação no continente latino-americano, discutindo, paralelamente, o que fazer para que, em todas essas práticas, esteja presente a consciência da

latino-americanidade. O tema central será detalhado em sub-temas, em cada dia do encontro: na segunda-feira, 13, o debate será sobre "A política norte-americana para com a América Latina"; na terça, 14, sobre "A Igreja dos Pobres e a solidariedade na América Latina"; na quarta, 15, sobre a conjuntura continental, exceto América Central e Caribe; na quinta, 16, sobre a realidade indígena, na sexta, 17, sobre a América Central e no sábado, 18, sobre as tarefas a serem realizadas como prioridades. No domingo, 19, os participantes terão um convívio com as comunidades da Baixada Fluminense e celebrarão o oitavo aniversário da Revolução Sandinista na Nicarágua.

## O Secretariado

O Secretariado Oscar Romero, como é mais conhecido, foi organizado no México, nos anos 1980, por refugiados salvadorenses e centro-americanos e por militantes cristãos da solidariedade em terras mexicanas, com base no martírio do arcebispo de San Salvador, visando impulsionar a ação solidária militante em todo o mundo. É dirigido por um colegiado de bispos, integrado por d. Sérgio Méndez Arceo, d. Samuel Ruiz, d. Leônidas Proaño e d. Mauro Morelli, pre-

sidente do CDHAL. Está integrado por representações regionais na Europa, Estados Unidos, Canadá e México, América Central (com sede em Manágua), Cone Sul (sediado em Buenos Aires), países andinos e Brasil. Tem uma equipe internacional de assessores, integrada sobretudo por leigos e religiosos.

O primeiro encontro do Secretariado realizou-se na Cidade do México, em novembro de 1980, sobre o tema "A Igreja que nasce do Povo". O segundo realizou-se em Riobamba, Equador, em maio de 1981, sobre "A solidariedade, direito dos povos". O terceiro ocorreu em Cuernavaca, México, em janeiro de 1982, sobre a conjuntura latino-americana. O quarto aconteceu em Turim, Itália, em maio de 1983, sobre "Rumo a uma Igreja renovada na prática da solidariedade", o quinto ocorreu em Manágua, Nicarágua, em julho de 1984, sobre o tema "Para uma Igreja solidária com a luta de libertação dos povos" e o sexto realizou-se em Madrid, em setembro de 1986, sobre "A solidariedade, sinal profético".

## O CDHAL

No Brasil, o Secretariado Oscar Romero é representado pelo CDHAL, que ocupa parte da sede do Centro Frei Ti-



2ª Jornada pelos Direitos Humanos na América Latina, promovida pelo CDHAL, em 1986.

to, na Praça da Sé, 158, 7º andar, conjunto 701, São Paulo, tel. (011) 369571. Sua direção é formada por d. Mauro Morelli, presidente, rev. João Dias de Araújo, vice-presidente, frei Giorgio Callegari, secretário "ad-hoc" e rev. Flávio Irala, tesoureiro. Seu secretariado é formado por Dermi Azevedo, secretário executivo, padre José Domingos Braghetto e pastora Nancy Cardoso.

Entre suas atividades principais, estão a realização de jornadas pelos direitos humanos na América Latina, publicação de livros sobre a ação solidária no continente, seminários, apoio aos exilados e refugiados latino-americanos no Brasil, celebração de eventos ligados à luta de nosso povo e, proximamente, o início de uma escola de direitos humanos, com funcionamento inicial em São Paulo e Santo André. O CDHAL procura trabalhar em conjunto com entidades congêneres, abertas para uma ação integrada. Sua linha é ecumênica.

### Perspectivas

Nestes sete anos de funcionamento, o Secretariado Oscar Romero tem acompanhado a progressiva gestação

da Igreja dos empobrecidos na América Latina, cujo influxo estende-se para todas as regiões do mundo. Esta caminhada tem sido feita, evidentemente, em meio às dificuldades e às tensões vividas pela América Latina, ainda majoritariamente submetida a condições de exploração e esmagamento, por parte do capitalismo e do neocolonialismo e em meio às dores que acompanham a gestação da Igreja que nasce do povo. No entanto, o progresso tem sido muito grande. Aumenta, cada vez mais, o número de grupos solidários, de entidades que acrescentam à sua prática cotidiana a dimensão latino-americana, o esforço para que nossos povos se unam cada vez mais, formando a Pátria Grande, terra de irmãos, unida pelos laços de justiça e fraternidade.

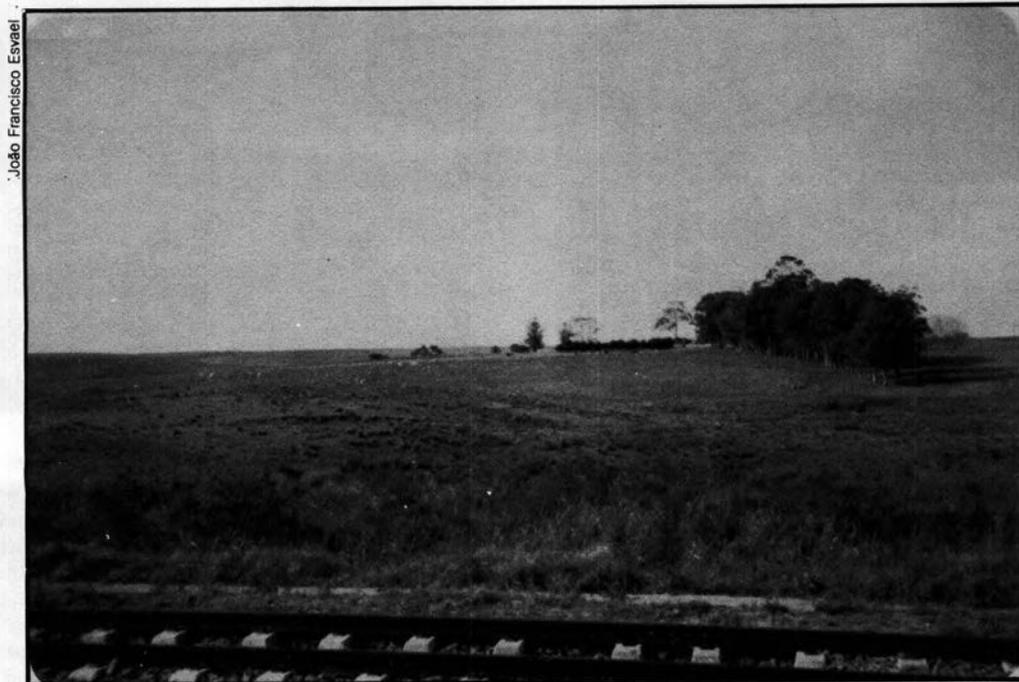
Uma das regiões em que a solidariedade militante precisa mais desenvolver-se é o Brasil. Isto já começa a acontecer, mas falta ainda muito a realizar. O 7º Encontro pretende ser mais um passo nessa caminhada. A definição de algumas prioridades a nível nacional, a serem assumidas de comum acordo, pode ser um passo importante para nós, brasileiros. Entre os obstáculos que precisamos superar, encontra-

se a mentalidade egoísta, traduzida em um fechamento de cada grupo em seus próprios limites, gerando um isolamento na prática cotidiana, ao lado de atitudes sectárias e permanentemente marcadas pelas desconfianças recíprocas. Comportamentos deste tipo, infelizmente ainda comuns entre nós, ajudam objetivamente o "inimigo da humanidade", enfraquecendo-nos a todos.

No momento em que a América Latina começa levantar-se contra o neocolonialismo, contra o demônio da dívida externa e da submissão a todos os segmentos de nossos povos, aproveitemos esta oportunidade para uma revisão da caminhada e para uma renovação de esforços, na militância solidária. Respondamos "presente" ao clamor que brota do sangue de nossos mártires — camponeses, operários, índios, negros, homens e mulheres, pastores, padres e bispos, religiosos e religiosas. E que nossa resposta seja traduzida em ações concretas para que sejam superadas as barreiras artificiais impostas entre nós pelos colonizadores de ontem e de hoje.

**Dermi Azevedo** é jornalista profissional e editor responsável da Agência Ecumênica de Notícias (Agen).

# O direito de propriedade na Constituição democrática



João Francisco Esvald

Dalmo de Abreu Dallari

O direito de propriedade tem sido através dos séculos, e continua a ser ainda hoje, um fator de dominação, de conflitos, de miséria e de marginalização. A propriedade da terra, sobretudo, tanto das terras rurais quanto das urbanas, tem sido obstáculo à igualdade e à justiça na convivência humana. O Brasil de hoje confirma isso tragicamente.

Mas a humanidade está "viciada" na propriedade e por isso não é viável, especialmente nas sociedades capitalistas, a eliminação do direito de propriedade. É possível, entretanto, e isso deve ser feito, reduzir os malefícios da propriedade, submetendo-a a regras que impeçam a superacumulação de bens e seu uso anti-social ou, o que é também anti-social, a falta de uso que so-

nega à sociedade uma fonte de trabalho e de alimentos.

Essas regras, que devem constar da futura Constituição brasileira se os brasileiros quiserem realmente uma sociedade justa, podem ser assim resumidas:

*Primeira:* Efetiva subordinação do direito de propriedade à utilidade social. Não basta afirmar que é princípio da ordem econômica a função social da propriedade. Pelas resistências teóricas e práticas ao reconhecimento dos princípios constitucionais como imperativos jurídicos, bem como pela timidez da jurisprudência em sua aplicação, é preciso deixar expresso que não será objeto do direito de propriedade o bem que não esteja atualmente e concretamente proporcionando à sociedade os benefícios

que pode proporcionar. O simples título formal de aquisição não deve assegurar o direito de propriedade.

À semelhança do que consta na Constituição de Portugal, deve ficar expresso que o bem sem utilização é considerado em abandono, sem proprietário, permitindo-se que a lei ordinária fixe o mínimo de produtividade dos bens para que eles não sejam considerados em estado de abandono.

*Segunda:* Os bens devem ser classificados em diferentes categorias, ficando cada uma delas subordinada a regime jurídico próprio. Devem ser fixadas três categorias de bens: os de uso ou consumo, os de produção e os de especulação.

Essa diferenciação deverá estar na base das formas de aquisição e perda, das exigências para utilização, do regime fiscal e de outras espécies de disciplina jurídica.

Cada pessoa deverá ter assegurado o direito de ser proprietário de dois imóveis de uso para uso próprio e de sua família, e, no máximo, mais um bem de produção. Não se deve permitir, entretanto, que uma pessoa seja proprietária, sozinha ou em sociedade com terceiros, de área rural superior a 20 mil hectares.

**Terceira:** Na hipótese de desapropriação por necessidade pública ou por interesse social, o proprietário só deverá receber como indenização o que tiver efetivamente desembolsado para aquisição e o que tiver acrescentado mediante comprovado desembolso ou por seu trabalho pessoal e direto.

Os bens que forem classificados como de especulação, assim compreendidos tanto os que são meras reservas patrimoniais como aqueles utilizados para exploração do trabalho alheio sem que os trabalhadores tenham igual participação nos resultados, poderão ser desapropriados sem indenização.

**Quarta:** Só deverão ser mantidos no patrimônio público os imóveis necessários para efetiva e imediata prestação de serviços, bem como os que forem realmente utilizados como vias públicas ou locais de recreação e lazer, bem como os que forem indispensáveis à conservação de bens essenciais à vida ou

à proteção das fronteiras nacionais.

Os bens que não se enquadram em qualquer dessas hipóteses devem ser imediatamente entregues a quem deles necessite, para moradia ou exploração agrícola, mediante planos de distribuição de terras que compreendam a concessão de recursos para a pronta utilização. Os que receberem esses imóveis ficarão obrigados a utilizá-los para o fim predeterminado, sob pena de perda, devendo pagar por eles quantia nunca superior a 20% de sua renda pessoal ou familiar, conforme o caso.

**Quinta:** Disposição constitucional expressa deve fixar o prazo de cinco anos para que os atuais proprietários se ajustem nessas exigências relativas à destinação dos bens e aos limites do direito de ser proprietário.

Atingindo esse prazo os proprietários perderão para o Estado os bens que tiverem em excesso ou com destinação inadequada, sem direito a qualquer indenização. Os bens que forem assim incorporados ao patrimônio público serão redistribuídos de acordo com as regras fixadas para o atual excedente desse patrimônio.

**Sexta:** Para a exploração agrícola deverá ser favorecida e estimulada a propriedade comunitária, reunindo pelos menos dez famílias. Deverá ser assegurada prioridade para o fornecimento de energia elétrica, ligação telefônica, instalação de escolas, ambulatórios e centros de recreação a esses grupos comu-

nitários. Assim também deve ser dada prioridade a esses grupos para a concessão de assistência técnica e de financiamentos destinados à aquisição de sementes, mudas, fertilizantes e equipamentos agrícolas.

Como se verifica, aí está um conjunto de regras básicas relativas à propriedade das terras urbanas e rurais. A adoção dessas regras não significará a eliminação do direito de propriedade, nem mesmo da propriedade individual de bens de produção. Não há dúvida, porém, de que essa disciplina da propriedade da terra dará contribuição substancial à eliminação das explorações injustas, por fim à especulação com a terra e facilitará a aquisição de moradias e de áreas de trabalho para milhões de brasileiros. É preciso que regras semelhantes disciplinem a aquisição e o uso das outras espécies de bens, adotando a autogestão dos bens e produção e tendo como objetivos a proteção da dignidade humana, e a justiça social.

Esse é o caminho para a constituição de uma sociedade justa, sem discriminações, sem explorações e sem violência, em que a ordem jurídica estará plenamente assegurada pela vontade de todos os seus integrantes, por que será uma ordem de pessoas felizes.

(Artigo extraído do Dossiê Constituinte II, publicado pelo CEDI.)

**Dalmo de Abreu Dallari**, jurista, é o atual diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

## Assine a Revista

# tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas da atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:

Cz\$ 120,00

Assinatura de apoio:

Cz\$ 200,00

América Latina: US\$ 60 América do Norte: US\$ 80 Europa, África e Ásia: US\$ 90

Fazendo uma assinatura de apoio  
você recebe de brinde  
um exemplar dos Cadernos do CEDI.

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Est.: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o **CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.**



# O galo

Rubem Alves

**E**ra uma vez um galo que acordava bem cedo todas as manhãs e dizia para a bicharada do galinheiro:

— Vou cantar para fazer o sol nascer...

Ato contínuo subia até o alto do telhado, estufava o peito, olhava para o horizonte e ordenava, definitivo:

— Co-co-ri-co-co...

E ficava esperando.

Dali a pouco a bola vermelha começava a aparecer até que se mostrava toda, acima das montanhas, iluminando tudo.

O galo se voltava, orgulhoso, para os bichos, e dizia:

— Eu não disse?

E todos ficavam biqui/abertos e respeitosos ante poder tão extraordinário conferido ao galo: cantar pra fazer o sol nascer. E ninguém ousava duvidar, porque tinha sido sempre assim. Também o galo-pai cantara pra fazer o sol nascer, e também o galo-avô...

Aconteceu, entretanto, que o galo certo dia perdeu a hora (fora dormir muito tarde), e quando acordou o sol já estava lá, brilhando no meio do céu, sem necessidade de canto de galo algum que o fizesse nascer. E desde este dia em diante o galo foi acometido de uma incurável tristeza, por saber que o sol não nascia pelo encanto do seu canto, e os bichos foram acometidos de uma maravilhosa alegria por saberem que não precisavam do galo pra haver o dia...

Há teólogos que se parecem com o galo.

Acham que se não cantarem direito o sol não nasce.

São possuídos pela curiosa ilusão de que Deus depende daquilo que eles dizem. E chegam mesmo a estabelecer inquisições para perseguir galos de cantos diferentes e condenam outros a fecharem o bico, sob pena de excomunhões.

Se fazem isto, é claro, é porque levam muito a sério o poder do seu co-co-ri-co-co para fazer o sol nascer: se o



canto não for o certo, Deus fica murcho.

Qualquer pessoa percebe que só pode pensar assim quem for doido varrido, pois atribuir importância tal ao que pensamos e escrevemos é se julgar igual a Deus, onipotente, pensou/falou=aconteceu, e é por isto que não se pode variar o canto que tem dado certo até agora... mas, como se sabe muito bem, não é verdade que os doidos estejam trancados nos manicômios. Muitos deles chegam a presidentes, a generais e mesmo a cardeais...

O pior não é a loucura do galo.

O pior é que a bicharada acredita.

Teólogos são, freqüentemente, galos que discutem pra saber qual é a partitura certa: que canto cantar pra fazer o sol nascer? E nisto conservadores/fundamentalistas em nada se distinguem dos teólogos críticos/científicos. Se uns cocoricam a la Carlos Gomes e os outros a la Villa Lobos, o fato é que tanto uns quanto os outros cantam pra fazer o sol nascer. Concordam todos em que a partitura é uma só, e ela está lá, escrita num texto inspirado, e ao teólogo só compete cocoricar sem desafinar. As brigas teológicas são discussões sobre se a tonalidade é maior ou menor, sobre se o acidente é sustenido ou bemol, se é pra ser tocado com orquestra



de câmera ou com banda... Não importa a posição: todos afirmam que existe um jeito só de tocar a música. Nas palavras de Lutero, um excelente galo-cantor, meu favorito: "unum simplicem solidum et constatem sensum" - o sentido uno, puro, sólido e constante. Desafinações, variações ou modificações trazem sempre consigo o perigo de alguma perturbação solar...

Eu cocorico de outro jeito,  
e se não me proibiram de cocoricar,  
me deixaram cocoricando sozinho...

Pois é: protestantes e católicos têm jeitos diferentes de fazer a mesma coisa.

Cocorico que o sol nasce sempre, do mesmo jeito, com galo ou sem galo.

Assim, o galo pode dormir à noite, sem a angústia de ter de acordar na hora certa. Se dormir demais, o sol vai se levantar do mesmo jeito. A importância do galo fica menor, mas em compensação ele pode dormir melhor, o que é uma das grandes dádivas da fé em Deus.

Além do que, o galo tem permissão não só pra inventar outros cantos, como também até de desafinar,

sabendo que o sol não irá se zangar e continuará tranqüilamente a nascer no mesmo lugar, à mesma hora, sobre bons e maus.

Traduzindo em jargão teológico isto quer dizer graça: a bondade de Deus continua a mesma, sempre, independentemente de nossas afinações. Ele não nasce melhor quando estamos afinados e nem pior quando estamos desafinados. Seria pesado demais para mim acreditar que, se eu pensar errado, Deus vai nascer torto...

Teologia é brincadeira,  
canto de galo,  
celebração de um sol que nasce sempre discretamente

dos pensamentos doidos a que damos o nome de teologia,

como se tivéssemos competência para escrever compêndios de anatomia ou fisiologia divinas, estas coisas a que damos os nomes pomposos de cristologia, trindade, soteriologia... São belas canções, é bem verdade. E eu as cocoricarei por sua beleza.

Quanto ao sol, continuará a nascer a despeito delas...

# A traição de Edom

(Abdias 1-14.15b)

Euclides Martins Balancin

**A** busca de solidariedade, não apenas retórica mas concreta, entre os países latino-americanos se torna cada vez mais urgente. Está na hora de deixarmos de lado rixas antigas que sustentam um nacionalismo falso, bom apenas para as minorias dominantes. Faz-se necessário uma pressão contínua e forte sobre nossos governantes para provocar uma vontade política comum de superação dos eternos meandros burocráticos, para uma tomada de posição eficaz contra a dependência econômica imposta pelos países desenvolvidos. A dependência econômica crônica que, em fins do século 20, ainda conserva nosso continente numa situação de "colônia". E a amostra mais clara dessa dependência é a questão da dívida externa: a "derrama" não só continua, como se tornou maior do que no tempo da Inconfidência Mineira. Se o "inimigo econômico" é forte e unido na defesa e preservação de seus interesses, só uma decisão comum que supere as barreiras nacionalistas poderá começar a fazer frente aos depredadores, que não poupam esforços para evitar qualquer crescimento do Terceiro Mundo, levando-nos a um cada vez mais rápido empobrecimento e a uma alarmante miséria. Uma "inconfidência"

latino-americana levaria o Primeiro Mundo a tomar consciência de que, sem a matéria-prima e a mão-de-obra dos subdesenvolvidos, acabaria a opulência em que se assentam. Criar mecanismo de mútua dependência paritária poderia fazer surgir um novo tipo de relacionamento econômico no planeta.

## Edom e Israel: um relacionamento difícil

A questão da desunião entre países-irmãos em situações críticas e decisivas não pertence só ao nosso tempo, mas já existiu entre os antigos. Entre muitos outros, vamos lembrar aqui um exemplo trazido pela Bíblia, que poderá nos ajudar a refletir.

O livro dos Gênesis conta-nos o nascimento de dois irmãos gêmeos, Esaú e Jacó, que mais tarde se tornaram duas nações — Edom e Israel — (Gn 26,19-26). Contudo, a narrativa, do nascimento dessas nações mostra que o relacionamento entre elas não foi pacífico (Gn 27). De fato, a história das relações dos dois países está permeada de guerras (1Rs 11,14-25; 2Rs 8,20-22).

Provavelmente não era apenas a et-

nia que aproximava essas duas nações, mas também uma tipologia sociopolítica comum, ao menos em contraposição ao antigo sistema cananeu de cidades-estado.

Um acontecimento, porém, foi guardado pelos israelitas como traição vergonhosa e imperdoável. Após a primeira deportação efetuada por Nabucodonosor da Babilônia (597 a.c.), planos de revolta foram tentados pelos judeus. Num desses planos Edom participou, juntamente com Moab, Amon e Tiro. Entretanto, quando essas tentativas foram frustradas com o cerco de Jerusalém em 597 a.c., Edom não só se omitiu, mas bandeou para o lado da Babilônia e colaborou com o invasor. Essa traição era recordada com amargura tanto na Babilônia (Sl 137,7-9) como entre aqueles que permaneceram em Judá (Lm 4,21). A atitude política covarde de Edom foi denunciada nos livros proféticos (Am 1,11-12; Ez 25,12-14; 35,1-15; Jr 49,7-22; Is 34,5-17).

## O processo contra Edom

O pequeno livro de Abdias se insere nesse contexto. Os oráculos que o compõem são em poesia (vv. 1,14.15b e vv. 15<sup>a</sup>.16-18) e um em prosa (vv. 19-20).



Vamos refletir um pouco sobre o conteúdo do primeiro oráculo desse livrinho (vv. 1-14.15b). Ele descreve um processo realizado contra Edom onde é mostrado o crime que ele cometeu (vv. 10-14.15b), a sentença que lhe cabe (vv. 2-4) e a execução da sentença (vv. 5-9).

A *acusação* é rápida: morticínio e violência contra o irmão (v. 10), isto é, Edom cometeu um fratricídio. São apresentados o momento e o local do crime: quando os babilônios capturavam o exército judaíta, invadiam Jerusalém e destruíam a cidade, os edomitas lá estavam junto com os invasores (v. 11). O crime é caracterizado como cumplicidade com o grande opressor que destrói o país-irmão vizinho.

Em seguida, são descritos os detalhes do crime cometido, a partir de uma série de violações de leis que figuram dentro do direito internacional

(vv. 12-14): invasão de território e da cidade, saque dos bens, extermínio de sobreviventes, entrega dos refugiados ao opressor. Essas violações são precedidas e acompanhadas de uma atitude: satisfação insolente e alegria quase sádica de vingança. O refrão: “no dia de sua desgraça”, “no dia de sua angústia”, “no dia de sua ruína” denota a gravidade particular dessa vingança: ela é realizada num momento crucial para os judaítas; Edom aproveita-se da impossibilidade de Judá se defender, pois está completamente dominado pelos babilônios. É a mesma coisa que esmurrar alguém ferido de morte e seguro por um brutamonte. Desse modo, a gravidade da acusação é sem par: uma vingança realizada contra o país-irmão, na cumplicidade com uma grande potência que aplica todo o seu poder na destruição.

A *sentença* (vv. 2-4) para esse tipo de crime é, também lapidar: Edom fi-

cará marcado para sempre por sua mesquinhez e será profundamente desprezado. Em outras palavras: irá pata o lixo da história. Considerando-se inexpugnável, invencível por causa de sua posição geográfica que impedia manobras militares e favorecia uma forte defesa, Edom julga estar realizando sua grandeza histórica à custa do país vizinho oprimido. No entanto, mesmo que consiga ganhar, por um momento, lampejos de glória, está construindo sua própria ruína e desaparecimento do mapa.

A *execução da sentença* (vv. 5-9) provém da própria aliança com o grande opressor. Este usa os países pequenos como “testas de ferro”, até momento em que servem para seus projetos de conquista e dominação: “enganaram-te, derrotaram-te os teus amigos”, diz o profeta. De ira, foram julgados pelos babilônios (cf. Ez 32, 29) e, mais tarde, seu território passou a pertencer aos nabateus. O certo é

que, depois de 587 a.c., os edomitas aos poucos desapareceram da história. O texto de Abdias, de uma maneira irônica, mostra que a sabedoria e a valentia dos guerreiros, dos quais Edom se orgulhava, se tornaram insensatez e covardia ao se aliarem a uma grande potência para atacar o país-irmão desprotegido. O profeta lança sobre essa sabedoria e valentia um julgamento de Deus (= naquele dia), revertendo-as em motivo de vergonha, consciência de culpa e derrota merecida.

### De volta ao contexto latino-americano

A reflexão que o profeta Abdias forneceu nos traz de volta ao nosso contexto latino-americano e de Terceiro Mundo. Os poderosos do mundo não duvidam em invadir e manter sob seu controle os países fracos que estão dentro da área de seus interesses; fazem alianças, fornecem armas, ajuda financeira, para que certos países se convençam em participar na derruba-

da do vizinho. Os casos de hoje são muito conhecidos para que nos detenhemos a enumerá-los.

Entretanto, não é esse o modo mais refinado de aliciamento e dominação. Aproveitando-se da miséria crônica e, freqüentemente, da corrupção interna dos governantes dos países subdesenvolvidos, as grandes potências econômicas, que emprestam dinheiro para um possível desenvolvimento, se julgam não direito de "dar as cartas" em cada um desses países. Para que tenham que enfrentar a união dos países economicamente dependentes, usam a tática do "divide et impera!". Renegociam a dívida em separado, ditando as normas de pagamento conforme a "boa" ou "má vontade" de cada país.

A submissão a essas normas pode favorecer economicamente uma nação devedora, mas rompe qualquer possibilidade de uma reação em cadeia, de tal modo que um país que não queira se submeter, acaba sofrendo as pesadas represálias. A boa von-

tade submissa pode fazer com que uma nação subdesenvolvida cresça, mas dentro dos padrões do dominador e até quando ele julgue conveniente. A submissão sustentada por um desenvolvimento falso, "milagreiro", mantém a impossibilidade da emergência histórica dos países pobres. Sem mecanismos eficazes de reação a esse "moto perpétuo", um ou outro país subdesenvolvido poderá até despontar no cenário internacional como potência, mas na cumplicidade com os opressores e à custa dos outros países-irmãos que permanecerão na contínua impossibilidade de sair do atoleiro. Isso não é fazer história pois "se voares como uma águia e se colocares entre as estrelas o teu ninho, de lá eu te farei descer - oráculo de Javé" (v. 4).

21 de abril de 1987, Dia de Tiradentes.

Euclides Martins Balancin, biblista católico, é autor, juntamente com Ivo Storniolo, do livro *Conheça a Bíblia* e da edição pastoral do Novo Testamento, ambos publicados por Edições Paulinas.



## LANÇAMENTOS DO CEDI

**Pai nosso** (Rubem Alves) - Co-edição com Edições Paulinas. Cz\$ 110,00

*Um enfoque poético-teológico da figura do Pai. "O pai de olhos mansos só existe em nós como uma nostalgia, uma saudade, uma tristeza. Mansidão precisa voltar. E sabemos que ela é a dádiva de um olhar. E é por isto que Jesus nos ensinou a orar, chamando de volta o olhar manso, aquele que nos fará sorrir de novo: Pai nosso..."*

**Trabalhadores urbanos no Brasil/82-84**, Aconteceu Especial 16, Cz\$ 150,00

*Levantamento dos principais fatos que marcaram a vida dos trabalhadores urbanos no Brasil, no período que abrange três anos: 1982, 1983 e 1984. Traz análises das conjunturas econômica, po-*

*lítica e sindical e um levantamento, na imprensa sindical e diária, dos principais acontecimentos de cada categoria profissional dos trabalhadores urbanos.*

**O caminho da escola** — luta popular pela escola pública, Cadernos do CEDI 15, Cz\$ 50,00

**Periferia: desafio à unidade**, Cadernos do CEDI 16, Cz\$ 50,00

*Dois novos lançamentos da série Cadernos do CEDI. O primeiro trata das lutas dos movimentos populares da Zona Leste da cidade de São Paulo pelo direito à educação. O segundo registra a experiência das igrejas Metodista, Episcopal e IECLB (luterana) na implantação de uma Pastoral Ecumênica de Periferia, no sul do país.*

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI — Av. Higienópolis, 983 — CEP 01238 — São Paulo — SP



# Igreja e meios de comunicação de massa

Antonio Carlos Ribeiro

## A IGREJA ELETRÔNICA E SEU IMPACTO NA AMÉRICA LATINA — CONVITE A UM ESTUDO

Hugo Assmann, Vozes/WACC-ALC, Petrópolis, 1986, 216 pp. 14x21 cm.

O presente livro do teólogo e sociólogo Hugo Assmann debate a questão da eletrônica colocada a serviço da evangelização nos países de modelo econômico capitalista.

Dividindo o livro em cinco partes, optou por uma apresentação do assunto que obedece ao seguinte esquema: A primeira, segunda e terceira partes, que compõem dois terços do volume total da obra, são informativas sobre a atual situação da Igreja Eletrônica. Na quarta e quinta partes traz "discretas pistas" para análise do material apresentado até então.

Procurando responder a uma carência de análises sérias sobre o assunto em nossa língua, Assmann consagra a primeira parte à descrição do modelo americano com o objetivo de ampliar a compreensão do que acontece aqui.

A expressão "Igreja Eletrônica" designa os conhecidos televangelistas que se caracterizam nos EUA pelo uso intenso e crescente dos meios de comunicação eletrônicos, com destaque para o fato de serem lideranças autônomas, em relação às denominações cristãs convencionais. O surgimento do fenômeno está ligado à crise de legitimidade e do capitalismo em sua fase de transnacionalização, que se dá nos anos 50 e 60, época em que aparecem Billy Graham, Oral Roberts, Jerry Falwell e outros líderes fundamentalistas. Depois vieram Rex Humbard, Jimmy Swaggart, Pat Robertson, Jim Bakker, Robert Schuller, Paul Crouch, Robert Tilton e Bill Bright, para destacar os mais famosos.

Na segunda parte do livro falará da América Latina enfocando basicamente a estratégia fundamentalista de opção pelos pobres, "transformando-os em destinatários de seu bombardeio de mensagens", com a maior parte dos programas importados, o que justifica a primeira parte do livro.

Elaborado a partir da ótica de um intelectual consciente de sua tarefa e importância, "A Igreja Eletrônica" parece um inquietante desafio aos cristãos que ao compreenderem que "cada crise do capitalismo é um momento de abalo dos fetiches e, por isso mesmo, de nova intensificação do fetichismo", queiram testemunhar de forma conseqüente e informada.

Antonio Carlos Ribeiro cursa o mestrado em teologia no Seminário Teológico Batista (RJ) e o bacharelado em Comunicação Social.

# Tudo sobre ecumenismo

Jaime Wright



## ECUMENISMO E LIBERTAÇÃO — Reflexões sobre a relação entre a unidade cristã e o Reino de Deus

Júlio de Santa Ana, Vozes, Petrópolis, 1987, 320 pp. 14x21 cm.

Júlio de Santa Ana conhece muito sobre o ecumenismo. Formou-se teologicamente em ambiente ecumênico. Deu os primeiros passos junto ao movimento Igreja e Sociedade na América Latina (Isal). Seu dinamismo deu vitalidade aos vários setores em que militou no Conselho Mundial de Igrejas, in-

clusive o Grupo Misto de Trabalho do Vaticano e do CMI. Conhece o mundo ecumênico como poucos. Sua fecunda experiência está agora a serviço da Igreja no Brasil e na América Latina. No Brasil, como diretor do Programa Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião, do Instituto Metodista de Ensino Superior.

É dessa fecunda vivência que amadureceu o livro *Ecumenismo e Libertação*. Inexiste em língua portuguesa (e qual teria sido a língua do qual foi traduzido?) um livro semelhante. Tem todas as condições de tornar-se um livro-texto para aqueles que estudam ecumenismo, especialmente os professores de seminários teológicos católicos e evangélicos, assim como seus alunos. Não se pode descrevê-lo como uma "cartilha" sobre o ecumenismo, porque ele não é de fácil leitura. Ele é, isto sim, um volume para provocar muita reflexão, novas leituras e, principalmente, renovação da fé e da prática.

Há definições muito claras sobre o ecumênico. O autor mostra a dificuldade da unidade do povo de Deus num mundo dividido por razões políticas, ideológicas, econômicas, sociais, raciais e culturais.

São citadas várias maneiras de alcançar a unidade: o projeto da Igreja Católica Romana, o da Federação Mundial Luterana, o do Conselho Mundial de Igrejas e o movimento popular que assume um ecumenismo de compromisso e luta pela justiça como sinal do Reino de Deus.

Há um estudo histórico sobre as divisões existentes entre as igrejas e as causas. A seguir uma exposição das bases bíblicas para a unidade do povo de Deus, com especial atenção para o pensamento e a prática de Paulo, a mensagem da primeira Epístola de Pedro e o testemunho do Evangelho de João.

A aferição final da eficácia de *Ecumenismo e Libertação* estaria na convicção de que mais importante do que carregar rótulos de "católico romano", ou "protestante", ou "evangélico", ou de um agente de divisão qualquer, é ser um cristão solidário na busca do Reino e no serviço aos pobres.

Jaime Wright, pastor da Igreja Presbiteriana Unida (IPU), é assessor do Cardeal de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns. Coordenou o projeto *Brasil: Nunca Mais* sobre a repressão militar.

# CHILE

## Não é terrível?

*Não é terrível  
que de repente te prendam  
te torturem?*

*Para nós é terrível  
que qualquer noite destas  
te executem.*

*Não são terríveis  
aquelas paredes  
que talvez te prenderam?*

*Para nós é terrível  
que talvez te matem.*

*Para nós é terrível  
que não tenhamos liberdade.*

*Para nós é terrível  
que não tenhamos futuro.*

*Para nós é terrível  
que não tenhamos esperança.*

*Para nós é terrível  
que não tenhamos futuro.*

*Para nós é terrível  
que não tenhamos futuro.*